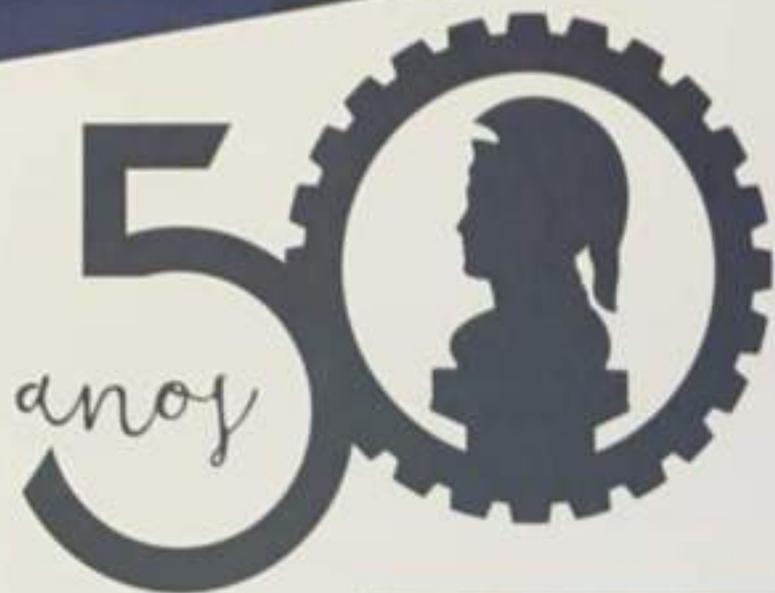
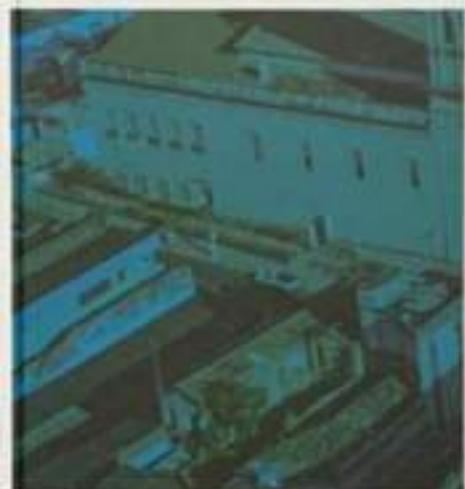
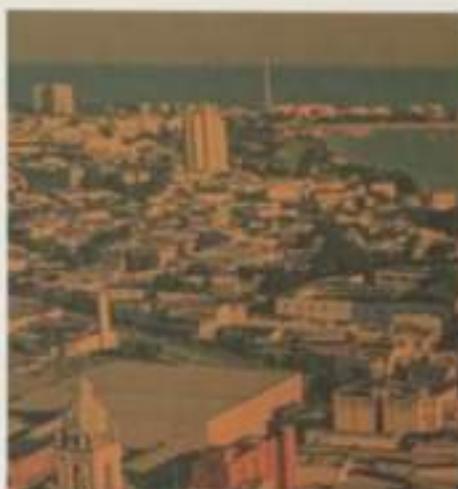
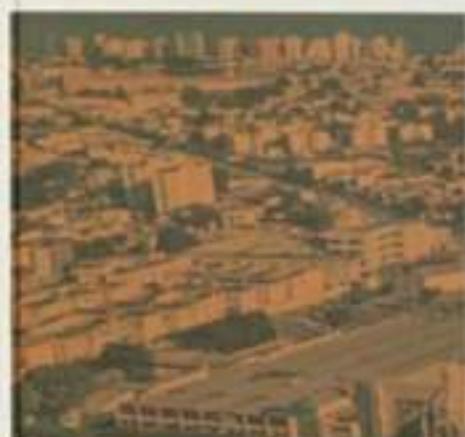


50
anos

The logo consists of a large number '50' where the '0' is a gear. Inside the gear is a silhouette of a person's head and shoulders, facing left. Below the '50' is the word 'anos' in a cursive script.

CREA-AL

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Alagoas



CREA-AL

**Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Alagoas**

 **CREA-AL**



**CONSELHO REGIONAL
DE ENGENHARIA,
E ARQUITETURA E AGRONOMIA DE ALAGOAS**

**EDIFÍCIO
LUIS CABÍLIO DE SOUSA NETO**



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Alagoas – CREA-AL é uma entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea.

O CREA-AL tem sede e foro na cidade de Maceió e jurisdição no Estado de Alagoas, instituído pela Resolução nº 174/68, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.

MISSÃO

Orientar, educar e fiscalizar com eficácia o exercício profissional, promovendo a melhoria da qualidade de vida e a segurança da sociedade.

NEGÓCIO

Habilitação, fiscalização e proteção do exercício profissional, em defesa da sociedade.

VISÃO 2020

Ser referência nos serviços prestados com reconhecimento do profissional e da sociedade.

Jornalista Responsável: Vinicius Firmino - MTE-AL 1514

Jornalistas: Wendel Palhares MTE-AL 1115, Drailton Diniz MTE-AL 1114,

Kaká Villa Verde MTE-AL 989, Danielle Ferro MTE-AL 1532, Edberto

Ticianeli MTE-AL 1483, Eanes Melo - MTE-RJ 15404

Fotógrafos: Junior Tigre, Ailton Cruz

Pesquisa: Carlos Henrique Soares

Relações Públicas: Jonathan Moretto

Estagiária: Jairis Meldrado

Projeto Gráfico e Diagramação: Labox Comunicação Estratégica

CREA ALAGOAS

Gestão 2018-2020

Eng. Civil Fernando Dacal Reis

Presidente

Eng. Eletricista Fernando Marcelo Nanes de Siqueira Júnior

Vice-presidente

Eng. Eletricista Marcos Antônio Gonçalves dos Santos

Diretor Administrativo

Eng. Civil José Ferreira Costa

Diretor Financeiro

Eng. Civil Roberto Costa Coimbra

Diretor Secretário

Câmaras Especializadas

-Agronomia

-Engenharia Civil

-Engenharia Elétrica

-Engenharia Mecânica, Metalurgia, Geologia, Minas e de Segurança do Trabalho



Palavra do **Presidente**

O Crea Alagoas é uma instituição forte. E são incontáveis as mentes, corações e esforços para chegarmos aqui em alto nível. Particularmente, eu me sinto muito honrado de figurar na história ao lado de mestres a quem admiro demais, como o engenheiro Vinicius Maia Nobre.

Mas será sempre fruto de muita alegria ver que minha gestão ajudou a construir uma parte deste imenso orgulho que sentem todos os engenheiros, geólogos, meteorologistas, tecnólogos e técnicos, entre tantos profissionais.

Neste livro, revejo a trajetória até aqui. Desde os pioneiros da Escola de Engenharia até os dedicados funcionários e filiados ao Crea Alagoas, nós revemos as inspirações e também as transpirações de tanta gente brava. Da estruturação às sedes próprias, da fiscalização aos sistemas de gestão, das duas Semanas Oficiais de Engenharia e Agronomia que passaram por Maceió e honraram todo o Brasil... tantos desafios superados, tantas conquistas em pleno vigor.

Deixo então para vocês esta obra para que o sentimento de gratidão aos que construíram este Conselho floresça e para que tomem conhecimento dos homens e mulheres e das obras que presentearam. Alagoas é feliz em ver o que em meio século edificamos.

Eng. Fernando Dacal
Presidente CREA-AL



Palavra do **Presidente** DO CONFEA

A história do estado na trilha da Faculdade de Engenharia de Alagoas e do desenvolvimento caminhando a par e passo, sociedade e academia marcam a história de Alagoas, que nos anos de 1950 também vivia o movimento desenvolvimentista que se espalhava pelo país, principalmente nas capitais.

Em Maceió, os primeiros passos para a criação da Faculdade de Engenharia de Alagoas foram dados logo no início da década, mas sua construção só aconteceu na década seguinte, de 1960. E como se presente, passado e futuro vivessem no mesmo compasso, o prédio foi erguido na mesma área antes ocupada pelo Liceu de Artes e Ofícios, e pela Escola Industrial de Maceió, que abrigou as reuniões que deram início à criação da faculdade.

Modernidade também era uma palavra daquele momento, eleições garantidas no compromisso de trazer melhorias para o país, como a criação da Petrobras, por exemplo. Acompanhando a onda desenvolvimentista que ainda se estendia pelos anos de 1960, o Sistema também expandiu suas representações com a criação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas.

Eram os idos de 1968 e somavam 12 os conselheiros que compunham o plenário do Regional. Hoje, com 7.300 profissionais registrados e 30 conselheiros, o Crea se tornou uma referência para a sociedade alagoana.

Em 50 anos de atividade, o Crea Alagoas teve participação ativa no desenvolvimento do estado e seu trabalho é visto como um selo de garantia. Se para a população, a carteira do Crea garante que profissionais habilitados e com registro profissional estão à frente de obras e empreendimentos, para os profissionais, a carteira é a garantia de registro do trabalho de toda uma vida.

Com representação nacional – há um Crea e inspetorias instalados em todos os estados – o Sistema Confea/Crea acompanha a mudança dos tempos, as novas graduações, as construções, a industrialização e indústria 4.0, o surgimento de outros e novos setores econômicos e a diversificação do mercado de trabalho.

Esse é o nosso compromisso: foi assim com a criação do Sistema Confea/Crea, em 1933, foi assim com a criação do Crea Alagoas, é assim no dia a dia da construção de um estado e de um país cada vez melhores.

Eng. Civ. Joel Krüger
Presidente do Confea



Palavra do **Presidente** DA MÚTUA

Com grata satisfação, referendo os 50 anos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Alagoas. São 50 anos de atenção e relevantes serviços à sociedade alagoana e brasileira. São inúmeros os marcos do Conselho alagoano registrados na memória do Sistema Confea/Crea e Mútua, como ter sido anfitrião de grandes Semanas Oficiais da Engenharia e da Agronomia, por exemplo. Em minha história pessoal, a 63ª e a 76ª Soea, realizadas em Alagoas, marcaram a minha posse, cada uma delas, num segundo mandato na Diretoria Executiva da Mútua - em 2018, a posse para a segunda gestão como presidente reeleito.

A história da Engenharia, Agronomia e Geociências também conta com marcantes lideranças alagoanas no Crea, no Plenário do Confea, nas Diretorias Regional e Executiva da Mútua e nas entidades regionais e nacionais.

Essas breves, mas significativas citações, são apenas algumas menções à trajetória do CREA-AL. Sabemos que a contribuição social, econômica, política, educativa e cidadã prestada pelo Conselho à sociedade é imensurável. O zelo e o cuidado com a atuação dos profissionais da área tecnológica, resguardando as pessoas, as famílias e os legados físicos e intelectuais, são responsabilidades que vão muito além da burocracia enxergada muitas vezes pelos olhos daqueles que não conhecem a missão de um Crea.

Fica registrado nosso reconhecimento a todos aqueles que fizeram e fazem parte do Conselho e aos cerca de oito mil profissionais do estado, por toda dedicação e pela construção de uma história vitoriosa. No âmbito da Mútua, também são necessários agradecimentos pela parceria, apoio e união em prol da qualidade de vida dos mutualistas e no crescimento e consolidação da Caixa de Assistência.

O jubileu de Ouro celebrado pelo CREA-AL já carrega, em si, a magnitude do acontecimento e sua preponderância. É uma distinção ímpar para uma Instituição carregar essa marca, ainda mais com tamanha notoriedade. Parabéns ao CREA-AL e aos profissionais da área tecnológica alagoana.

Eng. Paulo Guimarães
Presidente da Mútua

SUMÁRIO

HISTÓRIA DA ENGENHARIA EM ALAGOAS	15
Estaleiros	16
Ancoradouros e cais do porto	17
Ferrovias	18
Igreja Matriz	19
Estradas e pontes no Século XIX	20
Lazareto do Francês	21
Cemitério de Nossa Senhora da Piedade	22
Cadeia Pública de Maceió	23
Iluminação elétrica	24
Abastecimento de água potável por encanamentos em Maceió	25
Largo do Pelourinho	26
Palácio dos Martírios	27
Teatro Deodoro	28
Hotel Bella Vista	29
Palácio do Comércio	30
Estrada de Rodagem do Jacutinga	31
Aerportos Costa Rego e Zumbi dos Palmares	32
Estrada do Norte	33
Primeira estrada com pavimentação asfáltica em Alagoas	34
Estação Rodoviária de Maceió	35
Construções verticais	36
Trapichão	37
Primeiros conjuntos habitacionais em Maceió	38
Ponte Divaldo Suruagy	39
Emissário Submarino do Prado	40
O DESENVOLVIMENTO DA ENGENHARIA EM ALAGOAS	45
A Escola de Engenharia	46
A sede da Escola de Engenharia	47
As entidades precursoras: Escola, Clube e Seagra	48
Nasce o Crea Alagoas	48
A primeira ART, o primeiro registro e a primeira mulher	49
Arquitetura se desvincula do Crea-AL	51
MARCOS HISTÓRICOS	54
63ª SOEA	55
75ª SOEA	56
Reconhecimento da qualidade de serviço prestado	57
PRESIDENTES DO CREA ALAGOAS	61
Manoel Ferri Filho	62
Olavo de Freitas Machado	63
Carlos Fortes Melro	64
Vinicius Furtado Maia Nobre	65
Luiz Gonzaga de Melo Costa	66
Ricardo Luiz Rocha Ramalho Cavalcanti	67
Luis Abilio de Sousa Neto	68
Silvino Gonzaga Bentes	69
Ronaldo Patriota Cota	70
Aloisio Ferreira de Souza	71
Roosevelt Patriota Cota	72
Fernando Dacal Reis	73
GALERIA	76
ENTIDADES DE CLASSE	78







HISTÓRIA DA ENGENHARIA EM ALAGOAS



Estaleiro da década de 1870, em Jaraguá, onde seria construído o prédio da Associação Comercial

ESTALEIROS

Em meados do século XIX existiam vários estaleiros na costa brasileira atendendo a demanda por embarcações para fins militares e para o transporte de passageiros e mercadorias.

Em Alagoas, a nascente Engenharia Naval tinha estaleiros em vários locais, como São Miguel dos Campos, Santa Luzia do Norte, Barra de Santo Antônio, Coruripe e Barra de São Miguel.

Na capital, as construções das embarcações aconteciam em Jaraguá e na Pajuçara. Deste último, em 1828, saiu um Brigue de Guerra.

ANCORADOUROS E CAIS DO PORTO

Os primeiros ancoradouros do litoral alagoano foram os que naturalmente ofereceram mais proteção às embarcações.

As enseadas da Pajuçara, Jaraguá e o porto do Francês ganharam destaque por estas qualidades e por serem utilizados para o contrabando de pau-brasil.

Com embarcações cada vez maiores, Jaraguá tornou-se a melhor opção, mesmo não oferecendo a proteção dos arrecifes como acontecia na Pajuçara, já bastante assoreada para continuar como ancoradouro.

Para proteger Jaraguá surgiu o projeto do atual cais do Porto, que somente começou a ser erguido no final dos anos da década de 1930 pela Companhia Geral de Obras e Construções S.A. (Geobra). Foi inaugurado em 1940.



Plaza 18 de Foste e antiga ponte de embarque em Jaraguá



Construção do cais do Porto de Jaraguá em 1938



Bonde com tração animal em frente ao Palácio do Governo em 1908

FERROVIAS

A via férrea pioneira em Alagoas foi instalada pelo engenheiro inglês Hugh Wilson, superintendente da Companhia Bahiana de Navegação a Vapor, contratada em 1866 para estabelecer o transporte ferroviário entre o porto de Jaraguá e o porto lacustre do Trapiche da Barra, passando pelo centro de Maceió. Os trilhos serviam para o trânsito de bondes movidos a tração animal.

Quatro anos depois o mesmo Hugh Wilson foi autorizado a construir uma estrada de ferro interligando Maceió à vila de Imperatriz, atual União dos Palmares. A partir de 1884, quando foi inaugurada, teve início em Alagoas o transporte por trens movidos a vapor.

Os bondes de Maceió, entretanto, continuaram sendo tracionados por força animal até 1914, quando passaram a circular os primeiros "elétricos". A estrutura metálica rodante destes veículos foi importada dos EUA. Receberam a parte de madeira na Serraria Modelo, em Jaraguá.



Inauguração do bonde elétrico na Praça dos Martíres no dia 12 de junho de 1914



Estação Fronteira de Maceió no início do século XX

IGREJA MATRIZ



Igreja Matriz de Igreja Nova em meados do século XX, uma obra iniciada em 1881 pelo frei Cassiano de Camachio

Praticamente todas as cidades alagoanas tiveram entre suas primeiras construções uma capela. No seu entorno se consolidavam os povoados que nos primeiros sinais de desenvolvimento tratavam de ampliar e melhorar seus templos.

Um frade franciscano oriundo da Itália, frei Cassiano de Camachio, foi responsável por inúmeras obras religiosas em Alagoas e Pernambuco. Outros franciscanos também atuaram como construtores nesse período, entre eles se destaca por sua atuação em Alagoas o Frei Clemente Sagan, um perito em construções.

Por iniciativa de religiosos como estes, Penedo, Alagoas (Marechal Deodoro) e outras vilas e povoados ganharam igrejas majestosas. Maceió, que somente se confirmou como cidade e capital em 1839, também tratou de construir sua nova igreja matriz.

Segundo o historiador Félix Lima Júnior, a planta da futura Catedral de Maceió pode ter sido elaborada pelo arquiteto francês Victor Grandjean de Montigny, professor da Academia Real de Belas Artes. As obras foram iniciadas em 1840 e se estenderam até 1859, quando foi inaugurada com a presença do imperador D. Pedro II e da imperatriz D. Teresa Cristina.

Estiveram à frente da construção: frei Eusébio de Sales (1849-1850); frei Henrique do Castelo de São Pedro (Olinda), frei Luís da Grava (Rio de Janeiro) e o engenheiro civil Antônio Ribeiro de Lins Teixeira (1850-1854); e, daí até o fim da obra, o major Manoel da Costa Pereira Cotrim, auxiliado pelo frei José de Santa Engrácia, de Penedo.



Catedral de Maceió em 1902

ESTRADAS E PONTES NO SÉCULO XIX



Ponte de Bebedouro no início do século XX

As estradas como meio de comunicação entre os diversos núcleos habitacionais do território alagoano somente vieram a existir a partir do governo de Sebastião Francisco de Mello Povoas (22 de janeiro de 1819 a 31 de janeiro de 1822), quando Alagoas já era uma capitania independente.

Durante todo o século XIX em Alagoas cobravam-se aos governantes novas estradas, pontes e manutenção das existentes. O presidente da Província em 1837, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, identificou uma das razões para não realizar as necessárias obras públicas: "falta de um engenheiro hábil".

Além disso, como acontece ainda hoje, faltava dinheiro para atender estas demandas, como deixa perceber, em 1839, outro governante que pretendia abrir uma estrada entre Porto Calvo e Imperatriz (União dos Palmares): "pela módica quantia de 500\$ réis, o cidadão Veríssimo de Mendonça se encarregaria desta obra, e que, se o cofre Provincial suprisse somente 300\$ réis, ela agenciaria o resto do dinheiro por meio de subscrição e se comprometia por todo o excesso de despesa".

A falta de recursos, por sua vez, também impedia de se ter um engenheiro. Quem expôs essa situação em 1843 foi o presidente Caetano Silvestre da Silva ao informar que no ano financeiro de 1841/42 tinha investido 1:578\$500 com "Obras Públicas", detalhando que 500\$000 foram para a conclusão da "ponte de Jequiá" e o restante com o ordenado do engenheiro e outros objetos relativos ao seu ofício".

No ano seguinte, dos 2:597\$350 disponíveis no orçamento, o ordenado do engenheiro havia consumido 1:079\$822 e 134\$000 "na compra de papel para a Carta Topográfica". O saldo foi destinado ao pagamento das obras da estrada do Roçadinho e da recuperação da que interligava São Miguel a Alagoas (Marechal Deodoro).

Em 1845 foi a vez de Henrique Marques d'Oliveira Lisboa informar que havia concluído na capital a construção da ponte sobre o Riacho Maceió e cobrar a presença de "um engenheiro hábil" em Alagoas. Comunicou que tinha requisitado ao "Governo de Sua Majestade o Imperador" um "bom oficial do Corpo de Engenharia, lamentando que não tinha sequer um "Mestre Pedreiro de habilidade".

Em meados do século XIX, Alagoas tinha recebido a contribuição dos engenheiros Christiano Pereira de Azerêdo, que foi transferido de Pernambuco, e Pedro José de Azevedo Scharambach. Nas primeiras décadas daquele século, Carlos Mornay participou dos primeiros planos para a reurbanização da capital.

No alvorecer do século XX, a situação das estradas e pontes de Alagoas não tinha melhorado, mesmo após contar com o empenho dos primeiros profissionais da Engenharia que por aqui desembarcaram.

Roberto Calheiros de Mello, em relatório de 16 de abril de 1859, fez um duro relato sobre as estradas em Alagoas do seu período de governo: "na província não há estradas: o que há são apenas veredas escabrosas que bem mostram terem sido gizadas [traçadas] ao acaso pelos primeiros descobridores do país. Neste gênero de obra, portanto, tudo está por fazer".



Trecho da estrada para Recife, provido em meados da década de 1930



Trabalhadores dão manutenção em estrada alagoana no início do século XX

LAZARETO DO FRANCÊS



Lazareto na praia do Francês

O presidente da Província Sá e Albuquerque, em 1855, atendendo recomendações sanitárias do Governo Imperial para enfrentar a ameaça de epidemia de Cólera-morbo ordenou a construção de um Lazareto nas proximidades do porto do Francês, em Marechal Deodoro.

Qualquer navio com doentes era obrigado a levá-los para o Francês, onde todos os embarcados ficariam em quarentena e os enfermos levados para o Lazareto.

Não se sabe quem o construiu, mas sua obra foi elogiada por Sá e Albuquerque. Um relatório da época diz que o encarregado de sua construção "não duvidou sacrificar o próprio interesse dando a obra mais sólida do que a que estava recomendada pela planta".

O Lazareto era pequeno e retangular, medindo 19,5m por 13,5m e coberto por duas águas. Internamente tinha uma grande enfermaria e mais três áreas de serviços, além de uma cisterna. Funcionou por pouco tempo, mas a solidez da obra ainda pode ser comprovada. As paredes do Lazareto ainda estão de pé na Praia do Francês.

CEMITÉRIO DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE



Cemitério de Nossa Senhora da Piedade em 1903

Foi a Lei nº 130, de 6 de julho de 1850, que autorizou a construção do primeiro cemitério de Maceió. O problema foi encontrar o local adequado para esse uso.

Essa definição era tão importante que o presidente da Província, dr. Manoel Sobral Pinto, explicou à época que realizou profundos estudos e que para tal foram mobilizados “todos os médicos e engenheiros existentes na Cidade”.

Duas comissões ficaram encarregadas de encontrar a área fora da cidade, que eliminasse o perigo que representavam “os gases produzidos pela putrefação dos cadáveres”, que se elevam, alterando a atmosfera.

Os dois lugares estudados foram: parte superior da barreira da Cambona e um terreno “adjacente à margem direita da estrada que vai desta Cidade, pelo lado de O. [oeste], para o Trapiche da Barra”.

O terreno da cabeça da barreira da Cambona foi descartado por ter “uma espécie de terra argilosa muito densa, cede dificilmente ao gume da enxada” e por causa das fontes de água potável que ficavam nos sítios do pé da barreira.

No entendimento da comissão, o terreno formado por “areia granitosa”, na região onde hoje é o bairro do Prado, também apresentava problemas para a instalação de um cemitério.

O relatório apontava que este solo permitiria facilmente a evaporação da umidade, principalmente pelo calor. Um local quente e sem umidade dificultaria “se realizar a fermentação pútrida dos cadáveres”, que ficaria

seco. A solução indicada no relatório era tirar uma camada de areia e substituí-la por barro.

A Comissão concluiu que:

“1º que não há, absolutamente falando, um lugar inteiramente conveniente para a ereção de um Cemitério; 2º que o local da Cambona não é apropriado; 3º que o local da estrada do Trapiche da Barra encerra menos circunstâncias desfavoráveis, que podem extraordinariamente modificadas, mediante esforços d’arte”.

Em setembro de 1850 foi publicado o expediente ordenando ao engenheiro Pedro José Schranback que marcasse e fizesse o quadro de alicerce para a edificação do cemitério, preparando-o para receber a primeira pedra.

Houve licitação para a obra, mas como ninguém se habilitou, o então presidente da Província, Roberto Calheiros de Mello, resolveu que a própria administração pública construiria o equipamento.

O cemitério entrou em funcionamento em 1855, mesmo com algumas obras ainda em andamento. No ano seguinte, em janeiro, tiveram início as obras da capela, uma construção em estilo neogótico.

CADEIA PÚBLICA DE MACEIÓ



Cadeia Pública de Maceió no início do século XX

A construção das primeiras cadeias públicas em Alagoas, em meados do século XIX, também revelou a carência de engenheiros na Província.

O presidente Agostinho Neves, em maio de 1839, ao receber dos deputados provinciais a cobrança por cadeias em Alagoas (Marechal Deodoro) e na Vila de Maceió, se negava a realizar as obras solicitadas reclamando que eram “projetadas sem método, e com total ignorância das regras de arte”.

Ainda em 1839, Agostinho Neves anunciou que tinha chegado à província o Capitão de Engenheiros Jose da Silva Paiva e entregou a decisão de sua contratação para a Assembleia Provincial, recomendando que se diminuíssem as obras decretadas por aquele poder, “único meio de poder concluir-se alguma com solidez, e perfeição”.

Somente seis anos depois foi que o presidente, brigadeiro Henrique Marques d’Oliveira Lisboa, tomou as primeiras iniciativas concretas para construir a Cadeia de Maceió.

Solicitou à Assembleia recursos para a compra de material para a edificação e diante dos dois projetos apresentados, recomendou que fosse desprezado um que está orçado em “mais de duzentos contos de réis” e se optasse pelo do engenheiro Carlos de Mornay, que deveria gastar um pouco acima dos sessenta contos de réis.

Segundo Félix Lima Júnior em Maceió de Outrora, a construção da Cadeia de Maceió teve início no dia 2 de dezembro de 1847, quando o presidente da província era Félix Peixoto de Brito Melo, e estava orçada em cerca de 150.000\$000, uma quantia considerada por ele como alta para a época.

Em março de 1849, o presidente Antônio Nunes de Aguiar anunciou que as obras da Cadeia de Maceió, sob a direção do engenheiro Pedro José de Azevedo Scharamback, estavam quase prontas e denunciou que era uma obra muito superior as necessidades de então e que “na execução de nossas obras tem havido abuso, e fraudes escandalosas”.

Seis anos depois as obras continuavam e o presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque já pensava em ampliar a Cadeia por ser insuficiente para o grande número de detentos. A Assembleia autorizou a ampliação da cadeia com a construção de mais um pavimento.

Somente em 1856 foi que Sá e Albuquerque autorizou o engenheiro major Christiano Pereira de Azeredo Coutinho a desenhar a planta e fazer o orçamento da obra, mas desistiu de realizá-la no ano seguinte, preferindo investir os recursos autorizados pela Assembleia na construção de duas cadeias, uma na vila Imperatriz [União dos Palmares] e outra na vila de Pão de Açúcar.

Inaugurada em 1857, a Cadeia Pública de Maceió foi utilizada até 1969, quando foi demolida.



Pão de açúcar da Cadeia Pública de Maceió em meados dos anos 40



Seje da Empresa Luz Elétrica Alagoas.

ILUMINAÇÃO ELÉTRICA

Foi em 1887 a primeira vez que se viu luz elétrica em Maceió. O responsável por tal feito foi Argemiro Augusto da Silva. Era proprietário da Relojoaria Argemiro e tinha o “genial talento artístico em construções de motores mecânicos, relógios elétricos e em importantes trabalhos de arte...”, destacou o jornal Gutenberg de 21 de janeiro daquele ano.

Auxiliado por José Simões, Argemiro anunciou naquele jornal que iria “expor um foco de luz elétrica à apreciação pública na noite de 18 corrente, em sua oficina de relojoeiro, à rua do Comércio”.

Argemiro, que era natural de Pão de Açúcar e morava em Maceió, ainda em 1887 foi ao Rio de Janeiro registrar a patente de sua lâmpada elétrica. Na capital federal, também apresentou sua invenção ao público no Lyceu de Artes e Ofícios.

Confiante em sua invenção, Argemiro apresentou uma proposta de iluminação pública para Maceió ao presidente da Província José Cesário de Miranda Monteiro. Foi aceita e o contrato transformado na Lei nº 1018 de 11 de dezembro 1888, que “exigia que a iluminação fosse feita, (...) pelos processos mais aperfeiçoados de luz elétrica. Teria que iluminar ruas e praças (...) por meio de duzentas lâmpadas de intensidade equivalente a dezesseis velas esteáricas cada uma (...). O contratante teria o prazo de dois anos para efetuar o serviço”.

Entretanto, esta autorização foi revogada pouco tempo depois sem maiores explicações.

Maceió, que passou a utilizar iluminação elétrica no final de 1895, mas inaugurou seus serviços no dia 14 de janeiro de 1896, foi uma das pioneiras no Brasil.

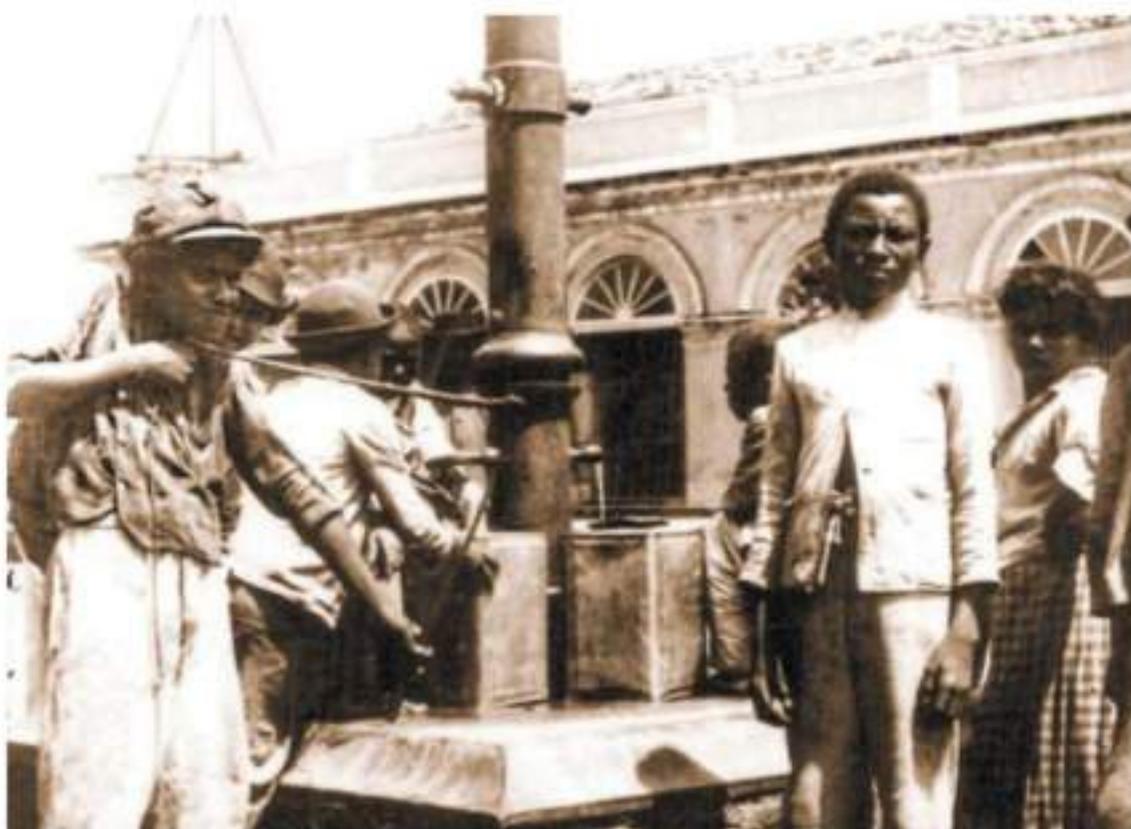
A empresa que fez funcionar esta iluminação foi a Luz Elétrica de Alagoas, fundada em 1896 tendo como sócios-proprietários Adriano Maia e João Antônio Loureiro.

A firma era oficialmente a Adriano & Loureiro e a Usina da empresa ficava à Rua da Soledade, atual Rua José Bonifácio, ao lado do Palácio dos Martírios. Sua fornalha queimava “lenha do mangue”.

Ao entrar em funcionamento, a novidade foi saudada como sinal de progresso e até concursos foram promovidos para escolher quem melhor descrevia os benefícios da luz elétrica em Maceió.

O progresso na eletrificação só veio mesmo a partir de 1959, durante o governo Muniz Falcão, quando foi criada a Ceal e aprovado o Plano de eletrificação para o Estado de Alagoas, que foi concluído no final da década de 1960 com todas as sedes dos municípios alagoanos recebendo energia elétrica da Chesf.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL POR ENCANAMENTOS EM MACEIÓ



Um chafariz público em Maceió

O primeiro plano para o abastecimento de água potável da capital foi elaborado pelo "coronel de engenheiros Conrado Jacob de Niemayer em 1859 e previa o aproveitamento das águas do riacho Luiz Silva em Bebedouro, distribuindo-as por vários chafarizes em praças de Maceió, se estendendo até Jaraguá.

Foi esse "plano" que serviu de base para a celebração do contrato de 12 de maio de 1864. As obras foram iniciadas no dia 3 de dezembro do mesmo ano, acordadas com o engenheiro civil Joaquim Pires Carneiro Monteiro, que apresentou melhor proposta que o engenheiro autor do projeto.

A obra, na verdade, foi transferida para o engenheiro André Henrique Wilmer. O mesmo que havia construído sistema similar em Recife.

Três anos depois teve início a obra do açude em Bebedouro. Para sua execução foi preciso montar uma olaria capaz de produzir os tijolos próprios para obras hidráulicas. Neste mesmo ano a construção da caixa d'água dos Martírios foi retomada. Todo o serviço custou ao governo mais de 300.000\$000.

A fiscalização da obra foi feita inicialmente pelo engenheiro Carlos Mor-nay, que foi substituído pelo engenheiro Carlos Krauss, que havia sido contratado para projetar as vias de comunicação da província.

O abastecimento de Maceió por água encanada teve início em janeiro de 1871 e no ano seguinte o presidente da Província, Silvino Elvidio

da Cunha, tratava o sistema como "uma infeliz obra" que "além de não fornecer água potável, conforme é para se desejar, mantém uma despesa superior à sua receita".

Em maio de 1883, após dois meses de muita chuva, o paredão frontal do açude desmoronou paralisando o sistema. Diante do alto custo para a reconstrução do açude, a Assembleia autorizou a alienação do encanamento a Jacintho José Nunes Leite e Manoel José de Pinho por 60.000\$000 e seis prestações anuais.

A empresa assumiu o compromisso de reestabelecer o serviço em três meses e obteve o direito à exploração do fornecimento de água na capital por 60 anos, como estabeleceu contrato assinado em 28 de julho daquele mesmo ano.

Maiores investimentos no abastecimento de água da capital somente voltaram a acontecer a partir de 1949, no governo de Silvestre Péricles, com a criação do Serviço de Água e Esgoto de Maceió (Saem) e a conclusão da primeira Estação de Tratamento de Água no Bairro de Bebedouro, parte do sistema Catolé.

O Saem foi transformado no Departamento de Água e Esgoto da Secretariade Viação e Obras do Estado de Alagoas, e em 1962 deu origem à Companhia de Saneamento de Alagoas - Casal.

LARGO DO PELOURINHO

Além da Igreja Matriz, outras três grandes obras contribuíram no esforço para alterar, em meados do século XIX, a paisagem da área que viria a ser a Praça D. Pedro II, principal espaço urbano da capital.

A primeira destas obras no entorno no Largo do Pelourinho foi o sobrado de José Antônio de Mendonça, Barão de Jaraguá a partir de 1860. A construção teve início em 1844, quando a Matriz já estava sendo erguida, e foi concluída em 1849.

Inicialmente o edifício era dividido em duas residências, mas com comunicação interna. Uma para o rico português e sua esposa e a outra para os demais familiares. Pelo fato de hospedar o imperador nos últimos dias de 1859 e primeiros de 1860, o sobrado passou ser chamado de Paço Imperial.

Outra obra do mesmo período foi o palacete com dois pavimentos destinado à Assembleia Provincial e à Tesouraria Provincial. Lá também funcionou a Mesa de Rendas Internas, Tesouro do Estado e a sede da Secretaria da Fazenda.

O prédio, projetado pelo engenheiro civil Pedro José de Azevedo Schramback, teve sua pedra fundamental lançada em 14 de março de 1851 pelo então presidente de Alagoas, José Bento da Cunha Figueiredo. A data comemorava o aniversário da imperatriz Teresa Maria Cristina. A partir de 1853, mesmo com a obra inconclusa, os deputados provinciais já utilizavam o palacete.

O prédio do Tesouro Nacional foi erguido na esquina da Praça da Catedral com a Rua da Imperatriz, atual Rua do Sol. Sua construção teve início em 2 de dezembro de 1872 sob a responsabilidade do engenheiro Carlos de Mornay e foi inaugurado em 1878.

Tinha originalmente um pavimento. Somente em meados do século XX é que o prédio sofreu reforma e ganhou o pavimento superior. Recebeu também a Administração dos Correios e a Caixa Econômica antes de voltar a servir ao Ministério da Fazenda.



Assembleia Legislativa e palacete do Barão de Jaraguá em 1908



Antiga administração dos Correios, hoje Delegacia do Ministério da Fazenda no início do século XX

PALÁCIO DOS MARTÍRIOS



Palácio de Governo poucos anos após sua inauguração

O primeiro palácio de governo em Alagoas funcionou em um sobrado que pertencia ao comerciante português Francisco José da Graça. Ficava na esquina da Rua do Comércio com a Rua da Rosa, atual Rua Senador Mendonça.

A partir de 1855, o governo alagoano se instalou no prédio que veio a ser conhecido como Palácio Provincial. Foi alugado ao futuro Barão de Jaraguá e ficava na subida da Praça dos Palmares para a Rua do Comércio.

O Palácio que viria a ser conhecido como dos Martírios teve sua pedra fundamental lançada no dia 14 de setembro de 1893, durante o governo de Gabino Suzano de Araújo Besouro e a construção foi autorizada pela Lei nº 30, de 26 de maio de 1893, obedecendo a projeto arquitetônico e execução do engenheiro militar alagoano Carlos Jorge Calheiros de Lima.

Um ano depois assumiu o governo o Barão de Traipu e os engenheiros foram trocados. Assumiram Adolpho Lins, Firmino Theotônio Morada, Francisco Severiano Braga Torres e Luiz Manoel Gonçalves. O projeto original foi completamente descaracterizado.

As obras ficaram novamente interrompidas com a saída do Barão de Traipu do governo, em 12 de junho de 1897, só retornando em 12 de junho de 1900, no governo de Euclides Vieira Malta e sob a responsabilidade do arquiteto Luiz Lucariny.

Foi inaugurado no dia 16 de setembro de 1902. A atual denominação, de Palácio Floriano Peixoto, só aconteceu em 1947, definida pelo Decreto Estadual nº 417, de 17 de outubro, já no governo de Silvestre Péricles de Góes Monteiro.

TEATRO DEODORO



Teatro Deodoro e Praça Deodoro no início do século XX.

Aquela que seria a primeira grande casa de espetáculos em Maceió, não teve a sua construção concluída. Teve início em 16 de setembro de 1898 e ocupava o antigo Largo do Cotinguiba, hoje Praça Deodoro.

O projeto era do arquiteto italiano Luiz Lucariny, também responsável por várias outras obras importantes em Alagoas.

Ainda no mesmo ano, quando suas paredes já estavam erguidas, a obra foi paralisada por falta de recursos. No final de março de 1900, uma forte ventania atingiu Maceió e parte da construção desabou.

O que sobrou foi derrubado em março de 1905 sob o argumento que a construção inutilizava a área de uma praça, prejudicando a ventilação para os moradores locais, "elemento indispensável à saúde pública e à higiene das habitações", como justificou em relatório o governador da época.

O novo local para o teatro foi definido. Ficava "nos fundos da praça". Após algumas desapropriações a construção foi retomada em 11 de junho do mesmo ano, utilizando o material da demolição do antigo projeto.

A construção foi coordenada pelos mestres-de-obras Antônio Barreiros Filho e Oreste Scercoeli e durou cinco anos.

O projeto executado era do arquiteto Luiz Lucariny, que faleceu em 1909 sem ver sua obra terminada. O Teatro Deodoro foi inaugurado no dia 15 de novembro de 1910.



Largo do Cotinguiba e as obras do Teatro XV de Setembro em (antiga) Praça Deodoro. Foi derrubado em 1905.



Vista Aérea do Hotel Bella Vista, Centro de Maceió, década de 1950

HOTEL BELLA VISTA

O majestoso Hotel Bella Vista foi inaugurado às 13 horas do dia 21 de junho de 1923. A estrutura inicial foi projetada para servir como residência do penedense Arsênio Fortes, um comerciante bem-sucedido em Maceió.

Durante a construção, seu proprietário organizou a Sociedade Anônima Bela Vista Palácio Hotel e resolveu adaptar o palacete para que viesse a ser a principal hospedaria da capital.

O novo projeto foi do arquiteto alemão Guilherme Jägerfeld e tinha três andares, com 30 metros de altura, ocupando uma área de 1.400m² e dispunha de 40 quartos e 5 terraços mosaicaados e artísticas balaustradas.

No livro Memórias, Discursos, Artigos e Rimas, de A. C. Simões, há uma referência a existência de um "elevador-gaiola" no hotel, e que este seria o primeiro edifício de Maceió a utilizar tal recurso.

Possuía energia elétrica de um gerador a gás. A água consumida no hotel era própria, retirada por bomba elétrica de um poço tubular artesiano de 46 metros de profundidade.

No local onde foi construído, na ladeira onde tem início a Rua do Comércio, funcionou o antigo Hotel Universal e depois o Hotel Petrópolis, na antiga Boca de Maceió, hoje Praça dos Palmares.

Depois de passar por várias mãos e sem funcionar por alguns períodos, o Bella Vista fechou as portas definitivamente no início dos anos de 1960 e começou a ser demolido no final daquela década.

PALÁCIO DO COMÉRCIO



Palácio do Comércio em Maceió na década de 1950

Inaugurado em 7 de setembro de 1928 para a ser a sede da Associação Comercial de Maceió, o Palácio do Comércio de Maceió foi projetado pela firma Fulgêncio de Paiva & Filho. Ficou pronto em 1926, mas problemas com as inundações forçaram os construtores a elevarem as barreiras de contenção, retardando a entrega da obra.

O projeto foi escolhido por uma comissão julgadora, que após prévio estudo apresentou seu veredito no dia 23 de fevereiro de 1923. A junta encarregada da escolha foi formada por Luiz de Vasconcellos, Guedes Nogueira e Dagoberto de Menezes.

A planta vencedora foi a apresentada por Ferrucio Brazini. Em segundo lugar ficou a de Fulgêncio Paiva e Fulgêncio de Paiva Filho. Entretanto, logo após tomar conhecimento do julgamento o presidente da Associação Comercial anunciou que a direção da instituição poderia optar por qualquer uma das selecionadas.

A escolha somente aconteceu no final de maio, quando o construtor contratado, Francisco Lopes de Assis, esteve em Maceió e escolheu o projeto do alagoano Fulgêncio Paiva Filho, que era chefe do escritório técnico da Comissão Topográfica da Prefeitura de Maceió e faleceu no dia 10 de março de 1925, durante a construção do prédio.

A firma de Francisco Lopes de Assis era uma das mais requisitadas no Rio de Janeiro, onde construiu o edifício da Câmara dos Deputados. Também ficou sob sua responsabilidade a obra do Palácio do Governo de Pernambuco.



Av. Fernandes Lima ainda com somente uma das faixas pavimentada em asfalto na década de 1940

ESTRADA DE RODAGEM DO JACUTINGA

No início do século XX, as habitações mais periféricas do Alto do Jacutinga, hoje Farol, ficavam ao lado do campo de futebol localizado no fim do Beco do Quiabo, que depois foi Rua dos Lavradores, Rua das Piabas e hoje é a Av. Tomás Espíndola.

Deste local em direção ao Tabuleiro do Pinto é que se formava a Estrada do Jacutinga, um caminho de terra utilizado principalmente por quem servia-se de animais de montaria como meio de transporte.

Foi esse caminho que o intendente de Maceió, Demócrito Gracindo, resolveu aproveitá-lo em 1910 para servir como base para a primeira estrada de rodagem da capital, que começava a receber automóveis.

Foi a Lei nº 157, de 9 de dezembro de 1910, que autorizou ao intendente, mandar construir uma estrada de rodagem que partindo da Praça Jonas Montenegro [Praça do Centenário], no Alto do Jacutinga, vá terminar em Bebedouro”.

Esta ligação com Bebedouro a partir do Farol foi o embrião da futura Av. Fernandes Lima. Não foi possível precisar o seu traçado, mas é provável que tenha dado origem ao trecho até onde depois foi construído o Quartel do Exército e daí derivado pela Rua Prof. José da Silveira Camerino (antiga Belo Horizonte), passando pelo Sanatório e descendo a Ladeira Passos de Miranda.

AEROPORTOS COSTA REGO E ZUMBI DOS PALMARES

Em Alagoas, as primeiras iniciativas voltadas à aviação foram registradas em 1925, quando buscando o fortalecimento da "viação aérea" como meio de transporte foi incentivada a construção de "campos de aterragem".

Em Maceió, após se descartar uma área no Vergel do Lago, o governo publicou o Decreto Estadual nº 1.209, de 30 de junho de 1927, concedendo por 25 anos uma área de 100 hectares de terras devolutas no Tabuleiro do Pinto à Société Franco Sud Americaine de Travaux Publics, a Latécoère, para a construção de um campo para aeronaves.

Em dezembro de 1927, o "aeródromo" já estava em funcionamento, mesmo com as obras ainda em andamento e o terreno ficava "à direita do poste correspondente ao quilometro 14 da estrada de rodagem para automóveis de Maceió a Rio Largo, tem a forma de um quadrado perfeito, com mil metros de cada lado, com frente paralela à mencionada estrada". Foi inaugurado em 30 de maio de 1928.

Essa área atualmente está ocupada pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas, DER. O hangar do antigo Aeroporto Costa Rego ainda existe, sendo utilizado para a guarda de veículos apreendidos. Em 1933, a Aéropostale [antiga Latécoère] fundiu-se com a Air Orient, Société Générale de Transport Aérien, Air Union e Compagnie Internationale de Navigation, surgindo a Air France.

Em 1941, em plena segunda guerra mundial, a empresa de transportes aéreos Panair do Brasil foi autorizada a construir um novo aeroporto em Maceió, nas proximidades de Rio Largo. Foi inaugurado em 1943 e ocupado por tropas norte-americanas que instalaram na área uma base de balões dirigíveis para patrulhamento da costa alagoana.

Ainda no governo de Ismar de Góis Monteiro (1941-45) o antigo aeroporto Costa Rego foi cedido à Comissão de Estradas de Rodagem (CER),



Aeroporto Costa Rego da Aéropostale em Maceió. Foi inaugurado no dia 30 de maio de 1928

atual Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER).

O aeroporto que foi da Panair passou a se chamar Campo dos Palmares a partir de 19 de setembro de 1951, quando entrou em vigor a Lei nº 1.438. A denominação atual, Aeroporto Zumbi dos Palmares, foi definida pela Lei 9.911, de 15 de dezembro de 1999.



ESTRADA DO NORTE



Estádio do Norte na passagem sobre o Rio Suassurá em 1921



Estrada do Norte em Mangalenas no ano de 1922

Após assumir o governo em 12 de junho de 1918, o “Caboclo Indômito”, como ficou conhecido Fernandes Lima, iniciou imediatamente as ações para a construção da Estrada do Norte.

O primeiro entrave a ser superado foi o do traçado. Houve discussões e divergências que rapidamente foram resolvidas pelo governador, que optou em utilizar os caminhos litorâneos já existentes.

Como os principais obstáculos para as obras eram os rios que cortam a região, o governo foi obrigado a realizar muitas obras de arte, com a construção de pontes, pontilhões e bueiros.

O primeiro trecho inaugurado em fins de 1920 tinha 21 quilômetros e interligava Maceió e Ipioca.

No ano seguinte a estrada estava em fase de conclusão, “com uma extensão de 120 quilômetros, até Camaragibe, ramificando-se para São Luiz do Quitunde, numa extensão de 18 quilômetros, para Urucú, numa extensão de 60 quilômetros, a começar da cidade de Passo, passando pela Matriz, e para a Barra, numa extensão de 20 quilômetros...”.

Em 1922 o governador propagandeava os benefícios da obra, mencionando que o “trecho da estrada de Maceió à Barra de Santo Antônio, num percurso de 50 quilômetros, onde o automóvel pode correr dia ou noite, sem o menor embaraço, tropeço ou o mínimo incidente, mesmo nos dias mais invernosos, como se vem verificando atualmente, fazendo diversos autos, regularmente e nos horários, as três viagens semanais, que estabeleceram para aquele ponto, de onde já é fácil a comunicação para quase todos os municípios do norte do Estado”.

Em 1924 foi inaugurado o trecho da Barra de Santo Antônio até a cidade de São Luiz do Quitunde e o ramal entre um lugar chamado Casa das Almas até a Barra de Camaragibe, passando pelo povoado dos Morros para ligação com Porto de Pedras.

PRIMEIRA ESTRADA COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ALAGOAS

Foi a empresa aérea Panair a responsável pelas primeiras pavimentações asfálticas em Maceió. Em 1941, para melhorar o acesso à Ponta Grossa e Vergel do Lago, onde tinha na Lagoa Mundaú seu hidroporto e o seu aeroporto no Tabuleiro do Pinto, assinou convênio com o então prefeito Abdon Arroxelas para realizar pavimentação asfáltica na Rua Santo Antônio, Ponta Grossa, e na Av. Fernandes Lima.

Entretanto, a primeira estrada de rodagem intermunicipal a receber essa pavimentação foi a que interligava Maceió e Palmeira dos Índios, durante o governo de Arnon de Melo, em 1955.

Com estes 128 quilômetros asfaltados, Alagoas passou a ser, na época, o terceiro estado do País mais beneficiado por esta aplicação de asfalto.

Para se ter ideia da dificuldade para utilizar esse betume, ele era importado da Alemanha ou da Venezuela, como informou o dr. Vinicius Maia Nobre.



Arnon de Melo conversa com um motorista de caminhão na BR 316, Maceió - Palmeira dos Índios



Construção da Ladeira da Rodoviária em 1960, sob a responsabilidade do Dr. Vinícius Maia Neto e

ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE MACEIÓ

A obra da Estação Rodoviária de Maceió foi iniciada no governo de Muniz Falcão e concluída nos primeiros anos da década de 1960.

Ajudou a desenvolver o bairro do Poço e provocou a construção da Ladeira Geraldo Melo, que ficou mais conhecida como Ladeira da Rodoviária.

Deixou de funcionar em 1982, quando entrou em atividade o Terminal Rodoviário João Paulo II, no bairro do Feitosa.

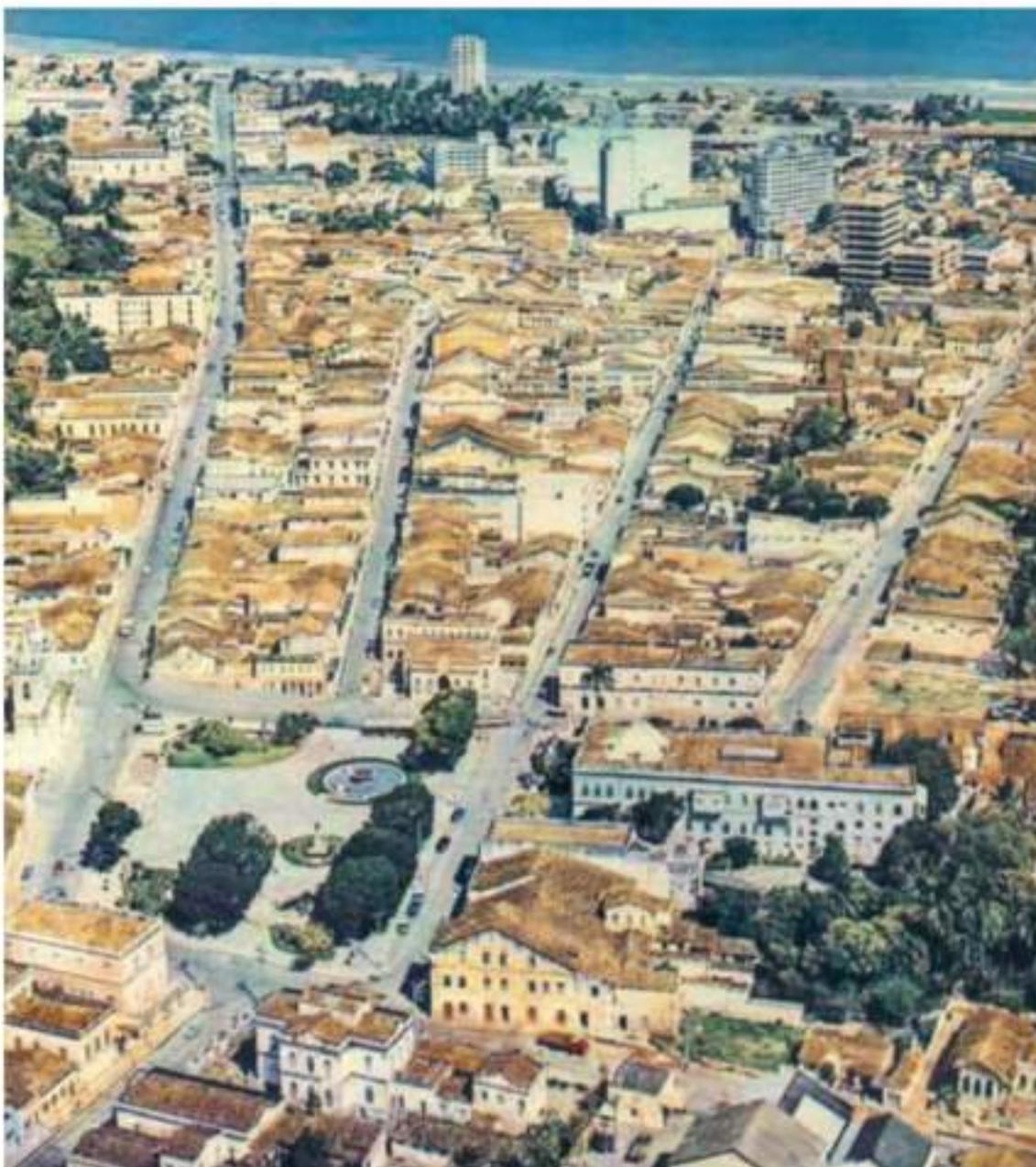
CONSTRUÇÕES VERTICAIS

A primeira construção vertical com mais de quatro pavimentos erguida em Alagoas foi o Edifício Breda, que teve sua obra iniciada em 1958 e inaugurada em 1961.

Tem dez andares e o seu moderno elevador, à época que entrou em funcionamento, atraiu a atenção da população, que procurava o prédio "para dar um passeio" até o décimo andar.

Projetado pelo arquiteto Walter Cunha, foi construído pela Imobiliária Waldomiro Breda.

Em 1964 surgiram também os dois primeiros edifícios multifamiliares da capital: o São Carlos na Avenida da Paz, com onze pavimentos e dois apartamentos por andar, e o Lagoa-Mar com treze pavimentos e também dois apartamentos por andar, na cabeça da Ladeira da Catedral, Farol. O Núbia, ao lado do São Carlos, foi entregue em 1970.



Maceió e seus primeiros edifícios em 1967.

TRAPICHÃO



Maquete original do Trapichão, com o nome de Estádio Lamenha Filho

Uma das construções que mais trouxe orgulho para os alagoanos foi o Estádio Rei Pelé, o Trapichão. Teve início durante o governo Luiz Cavalcanti, que encarregou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, Napoleão Barbosa, para coordenar o empreendimento.

Foi construído no Trapiche da Barra em terrenos onde existiam vacarias e a pedra fundamental foi lançada no dia 15 de março de 1968.

O projeto do estádio foi de autoria do arquiteto João Khair e custou Cr\$ 150.000,00, já com parte arquitetônica, hidráulica e elétrica. João Khair faleceu em julho de 1966 e seu sobrinho, Marco Antonio Khair, também arquiteto, foi quem acompanhou a construção até o final.

O calculista da estrutura foi o engenheiro Artur Eugênio Jermanne e a construção não foi simples e exigiu muita precisão técnica. As dimensões de algumas partes do estádio eram expressivas. A cobertura, por exemplo, tem 42 metros e na época era uma das maiores do Brasil.

O vão livre em balanço era o segundo do país no gênero com 26 metros. Foram usados nas obras cerca de 250 mil sacos de cimento, 30 mil metros cúbicos de concreto, 3.500 toneladas de aço e milhares de metros de tábuas.

Uma das particularidades deste projeto eram as duas rampas para automóveis, que deixavam as autoridades na porta da tribuna de honra ou nas cadeiras especiais. Para a imprensa foram construídas inicialmente 22 cabines de rádio e 4 para televisão.

A cabine de som tinha 16 amplificadores transistorizados de 200 watts cada um, enviando sinal para 284 alto-falantes da Philips distribuídos em

83 colunas. Para o acesso do torcedor, foram instaladas 54 bilheterias e 42 "borboletas" para controle da entrada.

Para conservar o gramado, foram instalados dois canhões-aspersores com raio de 30 metros e consumindo 14 mil litros de água por hora. Era o segundo do país a adotar tal tecnologia. A drenagem também era moderna, com o sistema indireto em linhas paralelas e com declive de 2% do centro para as laterais. Foram utilizados 3.500 metros de tubos.

A primeira grande alteração no projeto aconteceu ainda em 1968, com a inclusão da arquibancada reta, que fechava a ferradura e receberia os vestiários no subsolo. Com essa ampliação, se tinha a expectativa que a capacidade do estádio iria para 50 mil espectadores.



Primeiros trabalhos para a construção de Trapichão

Com a exceção da supervisão do engenheiro Marcos Khair, a equipe técnica que garantiu a construção do Trapichão era totalmente alagoana.

Sob o comando do engenheiro Vinicius Maia Nobre, trabalhou um grupo formado pelos engenheiros Marcelo Barros (eletricista), Márcio Calado (sanitarista) e mais os engenheiros civis Nayron Barbosa, Marcos Mesquita, Roberto de Paiva Torres e Marcos Cotrim. Carlos Barbosa cuidava da administração da obra.

Vinicius Maia Nobre recorda que o empenho da equipe era tão grande, que até algumas casas utilizadas nos sorteios foram construídas por eles.

Foi utilizado pela primeira vez no dia 16 de setembro de 1970, com desfiles escolares comemorativos da Emancipação Política de Alagoas.

O jogo inaugural do estádio aconteceu no dia 25 de outubro de 1970.



Obras do Conjunto Santa Eduarda

Após a fundação da Companhia de Habitação Popular de Alagoas (Cohab-AL) em 13 de junho de 1966, esta sociedade por ações de economia mista resolveu construir 1.042 casas populares criando os conjuntos habitacionais que depois constituíram principalmente o bairro da Jatiúca.

As obras foram iniciadas em 1969 e a empresa contratada foi a pernambucana Construtora Silva Ltda e as casas e apartamentos foram entregues em junho de 1970, com a pretensão de denominar a área de Bairro Nove. Ficou Jatiúca mesmo.

Uma via importante para o nascente bairro foi denominada pela Lei nº 1887, de 17 de dezembro de 1971, como Av. Amélia Rosa.

A iniciativa legislativa para esta denominação foi do vereador Walter Pitombo Laranjeiras, o Toroca, que atendeu à solicitação dos envolvidos com as obras da Construtora Silva Ltda naquele bairro.

A iniciativa homenageava à mãe do proprietário da empresa, o advogado Deoclécio Nepomuceno da Silva. Ela havia falecido há pouco

Em 1976, a Dona Amélia Rosa perdeu a honraria e a Câmara Municipal de Maceió resolveu homenagear alguém mais próximo dos alagoanos e escolheu o Dr. Antônio Gomes de Barros. A modificação foi autorizada pela Lei nº 2.326, de 27 de dezembro de 1976.

PRIMEIROS CONJUNTOS HABITACIONAIS EM MACEIÓ



A Ponte Divaldo Suruagy foi inaugurada em 4 de março de 1979

PONTE DIVALDO SURUAGY

Essa obra, que encurtou as viagens entre o litoral sul de Alagoas e a capital, foi entregue para o público em 4 de março de 1979, como parte da Rodovia Divaldo Suruagy.

A outra ponte da Rodovia, a Engenheiro Celso Araújo, foi inaugurada meses depois.

Estas duas estruturas tiveram seus projetos escolhidos pelo engenheiro Vinícius Maia Nobre, que optou pelos que adotavam novas técnicas, evitando problemas ambientais.

As vigas eram pré-moldadas nas proximidades e levadas por trilhos para cima dos pilares. Uma revolução para a época.

O engenheiro Vinícius Maia Nobre, que foi secretário de Viação e Obras Públicas do Estado, já era à época um experiente construtor de grandes estruturas. A maior ponte do Estado até 1979 foi projetada e construída por ele em Batalha, sobre o Rio Ipanema. Tem 240 metros e foi inaugurada em 1963.

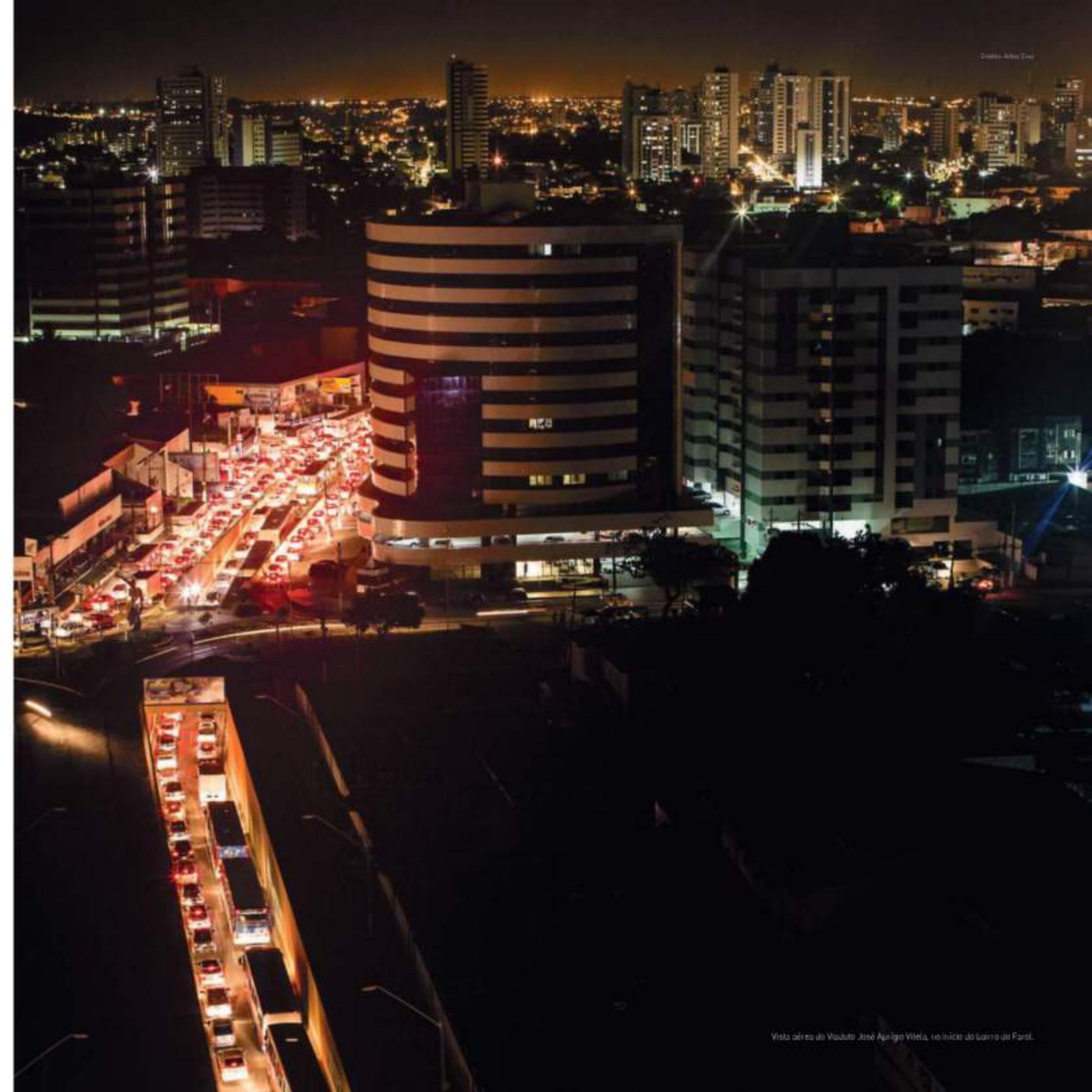
EMISSÁRIO SUBMARINO DO PRADO

Essa estrutura faz parte do Sistema de Disposição Oceânica, que se inicia na câmara de chegada de esgoto e segue pela unidade de gradeamento, estação elevatória de esgotos, calha parshall, caixa de areia até chegar ao emissário submarino. Tem um comprimento total de 3,6km e lança esgoto a uma profundidade mínima de 15m.

Sua obra teve início em 1983, quando o engenheiro Vinicius Maia Nobre era o secretário de Viação e Obras Públicas pela terceira vez. Foi construído pelo consórcio das construtoras Norberto Odebrecht e Cristian Nielsen, que se habilitaram após uma concorrência internacional. Foi inaugurado em 1987.



O Emissário Submarino do Prado foi inaugurado em 1987.





Catedral Metropolitana de Maré e Praça Dom Pedro II, no Centro de Maré.
Ao fundo, a Praça da Armada e o Porto de Maré.



O DESENVOLVIMENTO DA ENGENHARIA EM ALAGOAS



Fundadores da Escola de Engenharia de Alagoas: Já na esquerda: José Sternberg, Edson Lobão Barreto, Antônio Mário Mafra, Joaquim Thomas Pereira Diegues Júnior, Everaldo de Oliveira Castro, Aloysio Freitas Melro, Demócrito Sarmiento Barroca, Jaime Fônsaca e Talvanes Augusto de Barros.

A ESCOLA DE ENGENHARIA ALAGOAS CRIA A SUA ENGENHARIA

Havia no início da década de 1950 uma energia especial pela modernização. O mundo deixava para trás aos poucos os horrores da Segunda Guerra Mundial e destinava todos os esforços para a industrialização e na reconstrução dos países.

O Brasil vivia o momento de uma nova presidência de Getúlio Vargas, era extremamente rural e ansiava pelo mesmo movimento. Sabia que era preciso construir rodovias, o que impactou diretamente na região Nordeste e, ainda, era necessário fazer nascer uma nova indústria. Em Alagoas, o governador Arnon de Mello via acontecer uma cena intelectual pujante. Nasciam faculdades de Direito, Ciências Econômicas e, entre outras, a de Engenharia. Até então os engenheiros que atuavam em Alagoas eram formados no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco, em sua maioria.

Em 13 de agosto de 1951, no prédio onde funcionava a Escola Industrial de Maceió, antigo Liceu de Artes e Ofícios, reuniram-se nove renomados engenheiros (Aloysio Freitas Melro, Antônio Mário Mafra, Everaldo de Oliveira Castro, Demócrito Sarmiento Barroca, Jaime Fônsaca, José Sternberg, Talvanes Augusto de Barros, Edson Lobão Barreto e Joaquim Thomas Pereira Diegues Júnior). A ata manuscrita deste encontro já confirmava o início da caminhada pela criação de uma Escola de Engenharia em Alagoas.

Na reunião seguinte foram aprovados os estatutos da sociedade civil mantenedora e depois, em outra, eleita a sua diretoria, que teve como presidente Aloysio Freitas Melro e os outros fundadores como diretores.

Em dezembro de 1953 esteve em Maceió o engenheiro Ermílio Afonso

Guerreiro, do Ministério da Educação, para inspecionar as instalações da futura Escola de Engenharia, que iria funcionar na Escola Industrial.

Indicava que na segunda quinzena de fevereiro do ano seguinte já haveria o vestibular. Seu parecer foi favorável, mas somente foi analisado e aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 21 de março de 1955.

Em 24 de Maio de 1955, foi assinado o decreto presidencial autorizando o funcionamento do curso de Engenharia Civil da Escola de Engenharia de Alagoas. Para que a Escola funcionasse ainda naquele mesmo ano, foi montado um calendário especial, de maio de 1955 a fevereiro de 1956, sem férias intermediárias.

O reconhecimento definitivo da Escola só ocorreu pelo Decreto Presidencial nº 47.371, de 5 de dezembro de 1959. O primeiro Concurso de Habilitação, o vestibular, foi realizado entre 3 e 10 de junho de 1955 e, dos 38 inscritos, 14 deles foram reprovados em Desenho e Português. Física, Química e Matemática derrubaram mais 17 competidores.

Somente sete foram aprovados: Adolfo Stelmack, Alcides Braga, Aracê Prudente dos Santos, Carlos Augusto de Castro Machado, Eurídice Martins da Silva, Gilvan Augusto de Carvalho e Júlio Cesar de Mendonça Uchôa.

Destes, concluíram o curso em dezembro de 1959 apenas quatro: Alcides Braga, Aracê Prudente dos Santos, Júlio Cesar de Mendonça Uchôa e José Salustiano de Barros Branco. O paraninfo da turma foi o ministro Pascoal Carlos Magno.



RELU - Antiga Faculdade de Engenharia

A SEDE DA ESCOLA DE ENGENHARIA

O prédio para a Escola de Engenharia, até então Escola Industrial, foi doado pelo Governo do Estado por autorização da Lei Estadual nº 1.650, de 20 de agosto de 1952.

Construído entre 1961 e 1967, o prédio da então Faculdade de Engenharia seria um marco da arquitetura e da engenharia alagoana, com preceitos do Movimento Moderno em suas linhas, vindo a compor, dessa maneira, a imagética do bairro do Centro e atuando de forma a dinamizar o seu entorno imediato, a Praça Visconde de Sinimbu.

Com uma volumetria bastante compacta, ocupando toda a extensão do terreno de esquina, sem recuos, tendo seu programa funcional distribuído em dois pavimentos contíguos, dispostos em volta de um pátio central, o prédio tem linhas retas, demar-

cadas numa composição assimétrica, de predominância horizontal, com arremate superior em platibanda retilínea, de modo a enfatizar a horizontalidade de todo o pano de fachada.

Esta traz ainda como inovação o uso de diversos elementos e materiais emergentes, como o vidro, o revestimento cerâmico bicolor (azul e branco), marquise em concreto armado, peitoril das varandas com gradil em ferro, brise-soleil vertical em concreto, esquadrias em madeira e vidro ou em ferro e vidro, sendo estas últimas do tipo basculante.

Hoje esta edificação é o Espaço Cultural da Ufal reúne uma pinacoteca, cursos de artes e de línguas da Universidade.

AS ENTIDADES PRECURSORAS: ESCOLA, CLUBE E SEAGRA

A história da engenharia de Alagoas teve ainda o Clube de Engenharia, fundado em 1956, assumindo como primeiro presidente o engenheiro Ned Cavalcanti, e que contava com um Tribunal de Ética Profissional e cumpria uma função de congregar as categorias. Também na esteira dos precursores, houve a fundação da Sociedade Engenheiros Agrônomos de Alagoas (Seagra), em 1965. Na década de 1960 o Crea funcionava como uma inspetoria de Pernambuco.

Recife era, portanto, a sede decisória das questões pertinentes às profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea. O CREA-AL não passava de um simples escritório funcionando na Rua do Comércio, Centro de Maceió, limitado a protocolar pedidos de registro das pessoas físicas e jurídicas, e, por malote, encaminhava todos os processos para o Crea da 2ª Região, sediado em Pernambuco.

Em dezembro de 1966, o presidente Castelo Branco sancionava a lei 5.194, em que regulava o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo. A legislação disciplinava quem poderia ser considerado profissional, declarava a necessidade de uma formação superior a partir de então, delimitava o que é e o que não é exercício legal e incentivava o aumento de criação de espaços, contribuindo assim para o fortalecimento dos conselhos.

NASCE O CREA ALAGOAS

O Crea Alagoas nasceu com a denominação de 17ª Região, no dia 20 de dezembro de 1968, em uma sede instalada na Rua do Comércio e com a presença do presidente do Conselho Federal de Engenharia (Confea), Alberto Franco Ferreira da Costa. Tomaram posse Manoel Ferri Filho (o primeiro presidente do CREA-AL), Sílvio Márcio Conde de Paiva, José Arnaldo Lisboa Martins, Manoel Machado Ramalho de Azevedo, Ruy Ferreira da Silva, Milton Leite Soares e Everaldo de Oliveira Castro. Foram suplentes: Adalberto Gama Câmara, Paulo Jorge Lopes Costa, Roberto Brandão Mascarenhas, Arlindo Cabus, Clóvis Luiz Alves Soares, Adauto Teixeira Cavalcanti, Alfredo Menezes Leahy, Manoel Calheiros Gomes de Barros, Laércio Madson de Amorim Monteiro, Edson Maia Carlos, Heli Simões Costa, José Alberto Carneiro Carnaúba, Ivan Cavalcanti Timóteo, Olavo Machado, José Fernandes de Melo, Fernando Cardoso Gama e José Beltrão de Castro.

A festa da instalação oficial do CREA-AL ocorreu no salão nobre da Escola de Engenharia (Reitoria da Pça. Sinimbu). Naquela época o CREA-AL contava com 123 engenheiros civis, 19 arquitetos, 9 geólogos, 16 engenheiros agrônomos e 6 engenheiros eletricitistas.

CRIAÇÃO DE ALGUNS CURSOS NA UFAL

1952 - CURSO DE GEOGRAFIA

1973 - CURSO DE AGRONOMIA

1974 - CURSO DE ARQUITETURA

1978 - CURSO DE METEOROLOGIA

1986 - CURSO DE ENGENHARIA QUÍMICA

2005 - CURSO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

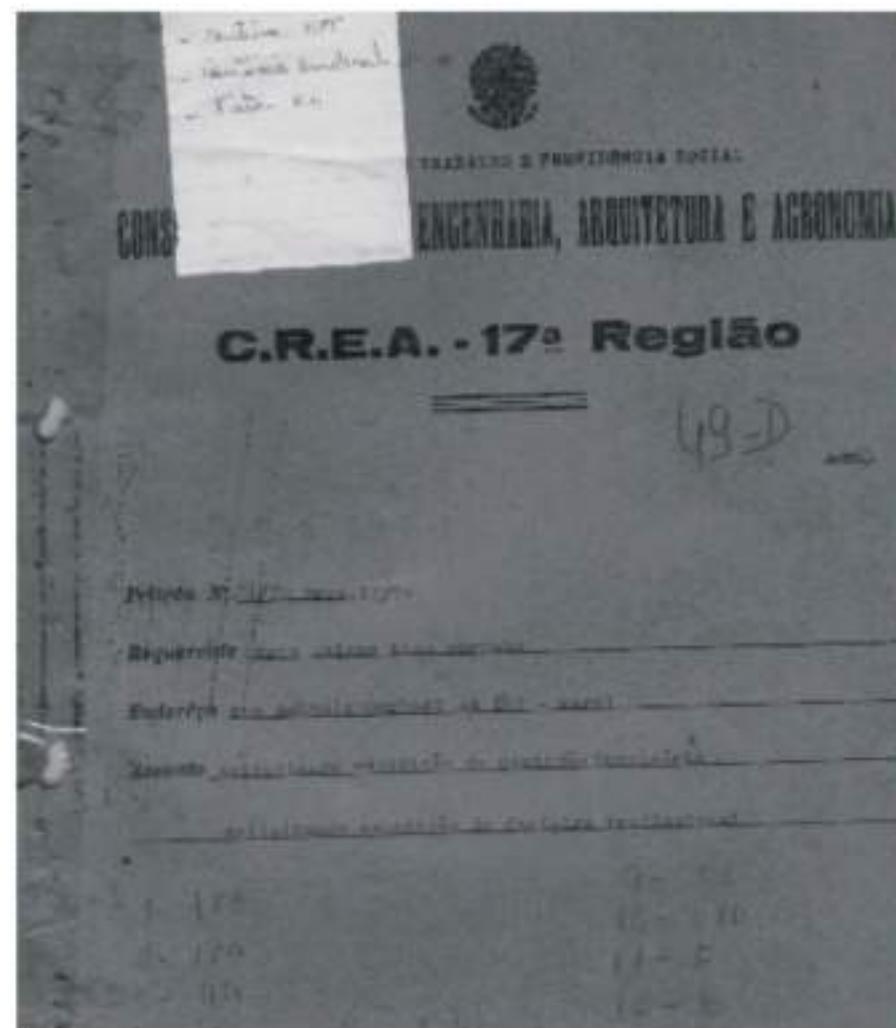
2011 - CURSO DE ENGENHARIA DO PETRÓLEO

A PRIMEIRA ART, O PRIMEIRO REGISTRO E A PRIMEIRA MULHER

Quando pensamos em profissões consolidadas, respaldadas pela sociedade, logo nos vem à mente os mecanismos que garantem a certificação do conhecimento técnico e a plena capacidade do exercício das funções inerentes a esses profissionais. Com a Engenharia, área fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e de tamanha complexidade, não poderia ser diferente. O registro profissional e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) cumprem esse importante papel.

Cabe ao Conselho Regional de Engenharia o papel de chancelar esse profissional. É ele que registra e também acompanha suas ações por meio das ARTs. Muito mais do que um órgão cartorial, o Crea é a ponte, o elo entre o engenheiro e a sociedade, que demanda seus serviços e sua expertise.

Mas, hoje, passados 50 anos das primeiras atividades do CREA-AL, os diversos mecanismos e atribuições do Conselho parecem até corriqueiros, comuns ao dia a dia do engenheiro. Mas como será que tudo isso



começou? Como será que o Crea certificou e fiscalizou os primeiros engenheiros? Falaremos mais sobre isso agora.

Voltemos a 1968. Nasce o CREA-AL, instituição de imensa história, de inúmeros serviços prestados ao Estado de Alagoas. É bem verdade que, à época, engenheiros e estudantes da graduação não entendiam tão bem o papel do conselho, tinham muitas dúvidas sobre o extenso leque de suas atribuições. Mas uma coisa era certa: ter a carteirinha do Crea era a prova que você é engenheiro. Ter o registro profissional sempre foi a porta de entrada para os desafios do mercado de trabalho. Um marco tão ou mais importante do que a conquista do sonhado canudo da universidade.

Vamos destacar aqui os primeiros engenheiro e engenheira registrados no CREA-AL. Vamos propor uma breve visita ao passado para entendermos e valorizarmos ainda mais o presente e vislumbrarmos o futuro da profissão.



Primeiro Seminário da Mulher

A primeira carteira profissional expedida pelo CREA-AL, de nº 01, foi entregue ao engenheiro agrônomo José Rosalvo Lopes Ferreira. A de nº 02 ficou com o engenheiro civil Bergson Antonio Cavalcanti Cajueiro. O primeiro técnico de edificações, Altamir Mendes Santos, tem a de nº 06. Luis Abílio de Sousa Neto, governador do Estado de Alagoas em 2006, ficou com a de nº 50. Um pouco mais tarde o CREA-AL registra a primeira profissional de Engenharia.

Maria Helena Lins Marinho foi a primeira mulher engenheira certificada pelo Crea em Alagoas. A presença feminina abre sua trajetória na Engenharia alagoana em abril de 1970. A engenheira Maria Helena é outra personalidade central para a história do Conselho. Seu registro profissional é marco fundamental e inspiração para atuais e novos profissio-

nais. Mas, como destacamos anteriormente, o registro profissional não é o único dispositivo que atesta e garante a segurança das atividades da área. A ART, além de gerar recursos para a manutenção do próprio Conselho, define os responsáveis técnicos por obras ou serviços da área de Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia. Um instrumento legal que tem amparo na Lei 6.496, de 1977.

Propusemos e realizamos de maneira não pretensiosa uma resumida visita ao passado do Conselho, um resgate às origens. Algo que nos dá um panorama da sua importância para a sociedade, do protagonismo de seus profissionais e de como a valorização profissional na Engenharia deve ser entendida por todos e defendida como exercício pleno de cidadania.

ARQUITETURA SE DESVINCULA DO CREA-AL

Atualmente, o CREA-AL compreende os profissionais da Engenharia Civil, Engenharia Agrônômica, Geografia, Agrimensura, Engenharia Elétrica e Eletrônica, Eletrotécnica, Engenharia Industrial, Mecânica, Têxtil, Naval, Aeronáutica e Metalúrgica, Meteorologia, Geologia, Engenharia de Minas, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Engenharia de Segurança do Trabalho, Tecnólogos e os Técnicos de Nível Médio.

Uma diversidade de áreas, mas que, até pouco menos de uma década, abrangia uma outra atividade de imensa importância para a sociedade: a Arquitetura. Uma ciência irmã da Engenharia Civil, com diversas afinidades, mas também com algumas especificidades marcantes.

Entendendo semelhanças e diferenças

De modo mais didático e resumido, ao engenheiro civil cabe o cálculo estrutural do projeto arquitetônico. Em geral, o arquiteto considera elementos como conforto, ventilação, iluminação, estética, além de outros aspectos visuais da obra. O profissional de Arquitetura elabora a planta, distribui os espaços e o engenheiro civil é responsável pelos cálculos, dimensiona colunas, vigas, cargas, ferragens e demais materiais da obra. Duas áreas intercambiadas e complementares.

Mas, assim como o CREA-AL manteve o rigor das certificações, registros e fiscalizações durante tantas décadas, era primordial à Arquitetura que o mesmo continuasse a acontecer mesmo que a área não mais estivesse diretamente atrelada ao órgão. Com o objetivo de manter a segurança da atividade profissional, nasce em 1º de janeiro de 2012 o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas (CAU-AL).

Mesmo que em conselhos distintos, os caminhos da Engenharia e da Arquitetura continuam indubitavelmente ligados. Profissionais estes que trabalham em parceria, com propósitos semelhantes, e órgãos que mantêm o compromisso com a qualidade e responsabilidade técnica em ambas as atividades.



MARCOS HISTÓRICOS

63ª SOEA



Em 2006, na gestão de Aloísio Ferreira, o CREA-AL realiza a 63ª Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia (SOEA). Um evento que contou com a participação de palestrantes como Ariano Suassuna, Amyr Klink e Marcos Pontes. Maceió esteve no noticiário nacional e o evento foi considerado o maior até então, tendo lotação completa do auditório em todos os dias.

75ª SOEA



Em 2018, na gestão de Fernando Dacal, o maior evento de Engenharia e da área tecnológica do Brasil retornou a Alagoas. A 75ª edição da Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia foi um grande sucesso e contou com mais de três mil profissionais da área de todo País. Com atividades no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, a 75ª SOEA teve como tema "Engenharia e Ética na Reconstrução do Brasil", tendo entre seus eixos prioritários a inovação e a sustentabilidade.



RECONHECIMENTO DA QUALIDADE DE SERVIÇO PRESTADO

Os últimos anos têm trazido reconhecimento a diversas ações implantadas pelo CREA-AL ao longo do tempo. Iniciativas como a construção da nova sede do Conselho e a certificação da qualidade dos serviços prestados aos profissionais da área e à sociedade reafirmam uma história que completa 50 anos com foco na excelência e no cumprimento dos deveres sociais do Crea com Alagoas.

Mas, para que fossem alcançadas grandes conquistas foi necessário o esforço de vários profissionais e gestões de distintas épocas. A nova sede Luis Abílio de Sousa Neto nasce da ideia concebida em meados da primeira década do século XXI, ainda na gestão de Ronaldo Patriota. O edifício foi construído em um terreno adquirido ao lado da sede antiga, com auxílio do Confea e da Mútua Caixa de Assistência.

Em agosto de 2007, já na gestão do presidente Aloísio Ferreira de Souza, os projetos complementares foram concluídos. Em outubro de 2011 foi inaugurada a nova sede do CREA-AL, no final da gestão do presidente Aloísio. Um empreendimento que materializou um sonho que demorou cerca de dez anos para ser concretizado.

Qualidade na prestação de serviços

A conquista do prêmio Estadual da Qualidade, conferido ao CREA-AL pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), é mais um exemplo do trabalho que transcende datas ou gestões. Uma honraria que traz ao engenheiro a segurança de estar sendo representado por um Conselho pautado em ações consistentes em relação ao pleno exercício da profissão e traz para Alagoas o orgulho de ser referência em pleno jubileu de ouro de atividades voltadas para a valorização profissional da categoria.

Representada pelo Movimento Alagoas Competitiva (MAC) em Alagoas, a premiação da FNQ é o maior reconhecimento que administrações públicas e privadas podem conquistar no Estado. Em sua segunda conquista consecutiva, no ano de 2017, o CREA-AL atingiu um patamar de 247,5 pontos em 250 possíveis. Foram avaliados oito critérios: liderança, estratégia e planos, clientes, sociedade, informação e conhecimento, pessoas, processos e resultados.

Informatização

Como exemplo entre as ações que mereceram reconhecimento está a disponibilização de uma plataforma padronizada para o Livro de Ordem do Conselho. A apresentação do documento é um dos critérios para a emissão da Certidão de Acervo Técnico (CAT). O Livro de Ordem comprova a participação do profissional e a qualidade nos serviços prestados, avalia as ocorrências e esclarece sobre instruções técnicas da obra.

Com a disponibilização da ferramenta fica mais fácil registrar as informações referentes aos serviços e obras. Em um ambiente digital, o profissional da Engenharia pode preencher um formulário onde é possível colocar informações do diário de obra, municiando o Conselho com dados sobre o passo a passo dos serviços executados.

A informatização de seus arquivos e plataforma de serviços é outro destaque do CREA-AL. Em um site moderno e de interface intuitiva o profissional da Engenharia encontra opções como criação e consulta de ARTs, emissão e consulta de certidões, registros e vistos profissionais, além de mecanismos de transparência como ouvidoria e área para tirar dúvidas. No ambiente digital também é disponibilizado o acesso às notícias da instituição e suas redes sociais.

Ações contínuas, que permitem o cumprimento de suas prerrogativas, o permanente contato e o acompanhamento das atividades do CREA-AL. Uma receita de sucesso que combina compromisso social, transparência, responsabilidade com o desenvolvimento da Engenharia no Estado de Alagoas e culmina no oferecimento de serviços de excelência para a categoria e para a sociedade em geral.



Palácio do Comércio de Maracá, sede da Associação Comercial. (Foto: Google)





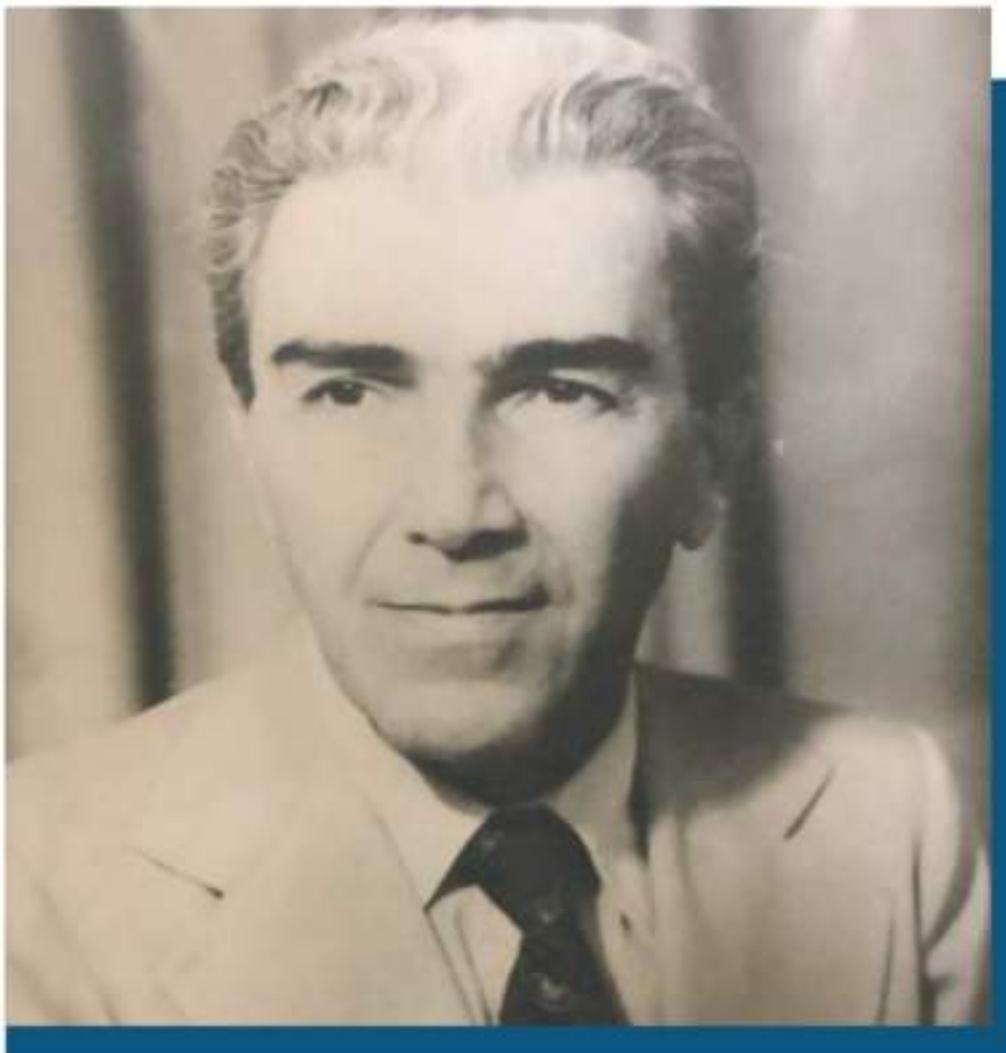
PRESIDENTES DO CREA-AL



Manoel Ferri Filho *(1968/1970)*

O engenheiro civil Manoel Ferri Filho abriu os caminhos das gestões do Crea Alagoas em 20 de dezembro de 1968. Em 30 de janeiro de 1969, já se realizava a primeira sessão solene. Havia na época todas as dificuldades estruturais e financeiras e o primeiro presidente precisou reunir os profissionais alagoanos para criar os alicerces de um Conselho forte.

Também estava na missão de Manoel Ferri Filho obter o apoio do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia para viabilizar as primeiras ações e regularizar as ações dos profissionais, além de conseguir atender as demandas que então passaram a recair sobre a 17ª região em Maceió.



Olavo de Freitas Machado *(1970/1972)*

Segundo presidente do Crea, coube ao engenheiro agrônomo Olavo de Freitas Machado dar um caráter mais estrutural ao Conselho. Com pouco mais de um ano de atividade, a necessidade maior foi a de promover ações para incentivo à contribuição participativa dos membros e fortalecer os trabalhos de ofício envolvendo a habilitação profissional e práticas de aplicação.

A integração entre os diversos profissionais das mais variadas áreas também foi um desafio cumprido de forma competente. Assim, Olavo Machado conduziu o Crea Alagoas dando base para o crescimento da instituição.



Carlos Fortes Melro *(1972/1978)*

Da Avenida Fernandes Lima, 492, partiam as decisões para ver um Crea cada vez mais forte. Foi de lá que o engenheiro Civil Carlos Fortes Melro presidiu por seis anos o Conselho, aumentando a força da fiscalização, com mais fiscais, mais viaturas. Também foi neste período que o Conselho passou a sonhar com sua sede própria, com um princípio de reserva financeira para a aquisição de um imóvel.

A gestão desenvolveu colunas de sustentação em vários campos e permitiu a consolidação de diversas políticas, dando ao Crea reconhecimento de toda a sociedade alagoana, com participação ativa nas elaborações de propostas para o avançar da economia do Estado.



Vinicius Furtado Maia Nobre *(1979/1981)*

Lendário no Crea Alagoas, o presidente Vinicius Maia Nobre adquiriu a primeira sede própria do Conselho, por quatro milhões de cruzeiros, ao lado de onde hoje está a atual Casa da Engenharia e Agronomia alagoana.

Também concebeu a Biblioteca Fernando Gama, garantindo um espaço de estudos inédito na época. O trabalho de Vinicius Maia Nobre fortaleceu o Crea, com implantação de um piso salarial, aumento na fiscalização e defesa das prerrogativas de cada categoria.



Luiz Gonzaga de Melo Costa *(1982/1984)*

No início da década de 1980, o engenheiro civil Luiz Gonzaga de Melo Costa investiu em fiscalização, construiu o Auditório Antônio Mário Mafra - hoje palco de inúmeros eventos de engrandecimento das categorias; e ainda aumentou o cadastro de novos profissionais.

Luiz Gonzaga melhorou o atendimento ao público, dando um novo enfoque na resolução das demandas, o que trouxe vários avanços administrativos para o Crea Alagoas. Em pleno momento de estruturação do Conselho, o então presidente abriu caminhos para muitas vitórias que foram obtidas nos anos seguintes.



Ricardo Luiz Rocha Ramalho Cavalcanti (1985/1987)

No início de sua gestão, o engenheiro agrônomo Ricardo Ramalho priorizou a ampla participação. Entre as lembranças do período, destaca o contexto político em que o País vivia. A fase era de redemocratização, de greves, e o Crea não se omitiu a essa atmosfera. No primeiro ano, o Conselho "foi às ruas", com maior penetração na sociedade.

No segundo ano, a gestão focou na arrumação administrativa. Foram reestruturadas áreas como a fiscalização, gestão de pessoas, contratações. E, nesta época, Ramalho destaca o ineditismo CREA-AL, que realizou o primeiro concurso público dos Creas do País para provimento de cargos. Todas as admissões foram coordenadas por uma comissão independente.

O terceiro ano da gestão trouxe a junção dos fatores de inserção social – presente no primeiro ano – e de reestruturação administrativa – marcante no segundo –, tendo como ápice uma campanha de valorização profissional inédita no País, com peças publicitárias em outdoors, jornais, TV, financiada por parceiros que contribuíram voluntariamente para a causa.



Luis Abílio de Sousa Neto *(1988/1993)*

Luis Abilio, formado em Engenharia Civil, foi presidente do CREA-AL ente 1988 e 1993 e vice-presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) entre 1998 e 1999. Abilio também exerceu os cargos de diretor da Mútua - Caixa de Assistência dos Profissionais dos Creas. A preocupação de promover uma Engenharia e profissionais com compromisso e responsabilidade social também é uma marca da personalidade e da administração de Luis Abílio à frente do CREA-AL.

Em 2002, Abilio se afastou da Secretaria de Planejamento de Estado para se candidatar a vice-governador na chapa do também engenheiro Ronaldo Lessa, vencendo a eleição. Exerceu o cargo de 2003 até 2006, quando tomou posse como governador após o afastamento de Lessa, que se candidatou ao Senado Federal.

Luis Abilio faleceu no dia 14 de Abril de 2010, no Hospital Memorial Arthur Ramos. Sua morte foi causada por uma embolia pulmonar, em decorrência de um tratamento contra uma diverticulite.



Silvino Gonzaga Bentes

(1994/1999)

O engenheiro mecânico Silvino Gonzaga Bentes dirigiu o CREA-AL entre 1994 e 1999. Foi o primeiro presidente eleito de forma direta pela classe. Um processo eleitoral com grande número de eleitores e mobilização dos engenheiros.

Mesmo enfrentando dificuldades financeiras, a gestão de Silvino Bentes alcançou importantes avanços. Ganha destaque a parceria firmada com o Ministério Público Estadual para realização de fiscalizações técnicas, com o objetivo de estabelecer uma ação educativa e preventiva visando salvaguardar a segurança dos usuários de espaços coletivos, em especial os de acesso público. Também foi na gestão de Silvino Bentes que teve início o processo de digitalização dos documentos e processos da entidade.

Bentes lembra também da reforma que foi realizada na antiga sede, o casarão histórico do CREA-AL. A entidade conseguiu angariar recursos fazendo uma recuperação em toda a estrutura do imóvel. Também foi na gestão de Silvino Bentes que foram levantados recursos para compra do terreno onde hoje existe a nova sede do CREA-AL.



Ronaldo Patriota Cota

(2000/2005)

O engenheiro civil Ronaldo Patriota conta que entre os destaques de sua gestão estão a integração entre os engenheiros e a preparação dos conselheiros para que mais de uma pessoa estivesse apta a sucedê-lo na presidência da instituição. Eleito e depois reeleito por aclamação, Ronaldo destaca que a pluralidade e o bom convívio político sempre foram marcas da sua gestão.

Questionado sobre a importância do Crea para os profissionais e sobre o papel do Conselho para a valorização da categoria, Ronaldo elogia iniciativas de resgate e reconhecimento dos grandes nomes da área em Alagoas, destacando sua elevada importância na história da profissão e para a sociedade com um todo.

Ronaldo afirma que quando o Crea cumpre bem o seu papel fiscalizador ganha a sociedade e ganha também a Engenharia, que automaticamente torna-se mais valorizada.



Aloísio Ferreira de Souza

(2006/2011)

Em 2005, o nome do engenheiro civil Aloísio Ferreira ganha força para a presidência do Crea. Eram vários candidatos e a disputa foi muito acirrada. Aloísio diz que não contou com grandes apoiadores na sua campanha, que o diferencial acabou sendo a história e as amizades que construiu no Clube de Engenharia, na Casal e na Universidade Federal de Alagoas, onde também foi professor.

Mesmo com todas as dificuldades, no seu primeiro ano de mandato, em 2006, Aloísio abraçou a ideia de realizar a Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia (SOEA) em Alagoas. Um evento que contou com a participação de palestrantes como Ariano Suassuna, Amyr Klink e Marcos Pontes.

Em seu segundo mandato, reeleito por aclamação, Aloísio conta que a arrecadação já estava triplicada, sem grandes aumentos de despesa, cenário que permitiu a concretização de projetos mais arrojados como a construção da nova sede do Crea. Com a modernização da estrutura, o Crea partiu para a melhoria no atendimento e implantação de novas tecnologias.



Roosevelt Patriota Cota

(2012/2014)

O dia é 1º de janeiro de 2012. O agora Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas inicia um novo momento, com nova presidência e diretoria, mas também com uma novidade estrutural importante: a Arquitetura não mais compõe o Crea. Dentro desse contexto de reconstruções, a responsabilidade de gerir o Conselho de engenheiro caberá ao presidente eleito, o engenheiro civil Roosevelt Patriota.

Iniciando suas atividades, Patriota tem como uma de suas primeiras missões a garantia da unidade da categoria em Alagoas e, claro, a manutenção do bom relacionamento com os arquitetos, profissionais parceiros e que agora passam a compor o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas (CAU-AL).

Entre as principais ações e marcos de sua gestão, Roosevelt destaca atividades de aproximação da categoria com a população, a realização do 8º Congresso Estadual dos Profissionais (CEP) – ocorrido em julho de 2013 –, a reativação de convênios com órgãos públicos e a busca por políticas de transparência, por meio da implantação da Ouvidoria/Controladoria no CREA-AL.



Fernando Dacal Reis

(2015 até o momento)

Na gestão do engenheiro civil Fernando Dacal, iniciada em 2015, o futuro se aproximou do presente com o uso ordenado da tecnologia, com o aumento da interatividade por meio de redes sociais, com a instalação de uma estrutura de comunicação, ao mesmo tempo em que foi iniciado um trabalho de resgate e valorização de tradicionais lideranças da Engenharia alagoana.

Após o final de uma primeira gestão em que tornou o Crea um órgão sustentável e superavitário, Dacal encarou o desafio de dar continuidade a esse trabalho e levar o Conselho para ainda mais perto da sociedade. Dacal conta que um dos principais projetos foi trazer para Alagoas a Semana da Engenharia nos 50 anos do CREA-AL, com o objetivo de se fazer a maior SOEA da história, o que foi conquistado.

Dacal afirma que atualmente o Crea está muito mais presente na vida dos profissionais, muito mais profissionalizado. Reforça, ainda, a importância em focar na inovação, na sustentabilidade e na contínua capacitação profissional para que o Crea se faça ainda mais presente na vida da sociedade.



Trecho da Avenida Felício de Oliveira, uma das principais vias da capital.



GALERIA



A Resolução nº 174/48 aprovou a criação do Crea-Alagoas. Solenidade ocorrida em 29-12-1948, no salão nobre da Escola de Engenharia (Praça Sincindus) com a presença do presidente do CONFEA engenheiro civil Alberto Francis Ferraz da Costa (1º à dir.).



Em 1949, o engenheiro civil MANOEL FERRITILANDI foi o primeiro presidente do Crea-AL. Teve os primeiros diretores os engenheiros Osvaldo Machado e Adalberto Gama Câmara. Manoel Ferritilandi professor do curso de Engenharia Civil da



O engenheiro agrônomo OLAVO DE FREITAS MACHADO (em L), o segundo presidente do Crea no período de 1970-1977. Dirigiu o IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em Alagoas, Tope e IBAMA.



Engenheiro civil CARLOS FORTES MELRO presidiu o Crea por dois mandatos de 1972 a 1978. Professor da Universidade Federal de Alagoas e após cargos na esfera administrativa do estado como o de diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagem de Alagoas - DER-AL.



LEON ABELO DE SOUZA NETO foi presidente da primeira eleição direta no Crea. Assumiu o conselho de 1988 a 1991. Reconhecido na sociedade alagoana por seus feitos, foi governador de Alagoas (2004) dando grande contribuição ao Sistema Crea/Alagoas e Maceió.



O engenheiro mecânico SILVANO GONZAGA BENTES assumiu o Crea por duas gestões, de 1994 a 1999. Um marco importante na administração foi a restauração da sede em seu próprio projeto. Trabalhou seis anos para tornar a academia mais apta, eficaz e desburocratizada.



RONALDO PATRÍCIA COSTA comandou o Crea de 2000 a 2006. Sua administração foi privilegiada pela virada de rumo e feitos como a criação do 1º Centro de Referência e Manutenção de Colônias para as Águas, São Francisco na revitalização do Rio São Francisco e criação do Crea na Ilha de São Francisco de Caridade de Caridade.



Engenheiro civil ALDIR FERREIRA DE SOUZA, presidente do Crea de 2008 a 2011. Teve um Mandato e 63º CONFEA (2008), construiu nova sede denominada LAM 850m, avançou com ofertas de cursos de capacitação e treinamento para melhorar no atendimento ao público.



Dezembro de 1979 - Engenharia em conferência. Na mesa central a partir da esq.: Adalberto Câmara, Manoel Barros, Vinícius Maia Nobre, o governador Divaldo Surugaga, Fernando Gomes, Abel Cavalcante e Nelson Gomes. Na mesa ao lado de centro a direita o engenheiro Gilberto Espinho Sales.



O engenheiro civil VINÍCIUS FURTADO MAIA NOBRE, professor da Universidade Federal de Alagoas e presidente do Crea no período de 1979 a 1981. Marcou sua administração com a aquisição de sede própria do Crea, uma edificação dos primeiros anos do Século XX.



Presidente de 1982 a 1984, LUIZ GONZAGA DE MELO COSTA, realizou muitas benéficas como a frateragem de um novo salientado de profissionais, melhoria de atendimento ao público, investimentos na formação e a construção do auditório denominado professor Antônio Mário Malta.



O engenheiro agrônomo RICARDO LUÍZ ROCHA SAMUELHO CARVALHO foi presidente do período 1987/1991. Realizou uma gestão moderna focada na comunicação social para levar as ações do Crea mais próximas da sociedade.



Engenheiro civil ROOSEVELT FERREIRA COSTA, foi o presidente do mandato 2010/2014. Investiu na qualidade dos serviços com uma administração baseada na ética e transparência. Convencido o 1º Congresso Estadual dos Profissionais de Engenharia e Agronomia de Alagoas, com resultados positivos que marcaram sua gestão.



Atual presidente do Crea, o engenheiro civil FERNANDO DICAL, 2015, vem trabalhando na valorização do profissional. Por meio de uma administração moderna, que preza pela engenharia ética, a gestão foi a primeira a conquistar o Prêmio Estadual de Qualidade dos Serviços prestados ao profissional e à sociedade.



CREA-AL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas



ENTIDADES DE CLASSE

CONFEA

Conselho Federal de Engenharia
e Agronomia



CREA-AL

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Alagoas



MUTUA

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA